

Luiz Henrique Pacheco

Amartya Sen, Leitor De Adam Smith

Belo Horizonte, MG
UFMG/CEDEPLAR
2016

Luiz Henrique Pacheco

Amartya Sen, Leitor De Adam Smith

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em economia.

Orientador: Prof. Dr. Hugo E. A. da Gama Cerqueira

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG
2016

Folha De Aprovação

AGRADECIMENTOS

No processo de criação de um trabalho acumulamos dívidas. Algumas impagáveis. Agradeço minha noiva Mariana pelo apoio incondicional nesse período que teve início na fase de estudo para o mestrado e que termina na defesa desse trabalho. Agradeço meus pais Luiz Carlos e Lúcia Helena pelo suporte. Aos colegas do CEDEPLAR pelos bons momentos vividos em 2013 e 2014, em especial ao Gustavo, colega de gabinete pelo companheirismo nessa empreitada. Agradeço a direção do CEDEPLAR, principalmente a Prof^a Ana Hermeto por ter proporcionado os meios adequados para a realização do trabalho. Agradeço ao corpo docente do programa pelas excelentes aulas que tive e em especial ao meu orientador Hugo pelas dicas, instruções, paciência e compreensão no processo de elaboração desse trabalho.

Interpretar as interpretações emprega mais trabalho do que interpretar os textos, e existem mais livros sobre livros do que sobre qualquer outro assunto: tudo o que fazemos é glosar uns aos outros. Há abundância de comentários, mas escassez de autores. Aprender a entender os entendidos se tornou o principal e mais celebrado aprendizado da nossa época; não reside nisso o fim último dos nossos tempos?

MONTAIGNE (1592)

RESUMO

O trabalho está dividido em dois capítulos centrais. O primeiro versa sobre as correntes de interpretação da obra de Adam Smith. Argumenta-se que a leitura dessa obra variou ao longo do tempo. De aclamado filósofo moral, Smith passou a ser lido como um defensor do autointeresse. Com o início da publicação da Edição Glasgow das obras e correspondência de Smith, na década de 1970, houve um renovado interesse por esse autor, que deu origem a uma gama de novas interpretações, que se convencionou chamar de “novas leituras”. Entre elas inclui-se o trabalho do economista indiano Amartya Sen, que desde o final da década de 1970 dedicou-se a leitura e difusão das ideias smithianas. Sua interpretação das ideias de Smith é o objeto do segundo capítulo. Sen procura rebater as distorções que interpretações inspiradas pelo *mainstream economics* fazem das obras e ideias de Smith. Paralelamente, a leitura de Smith também foi fundamental para que ele formulasse elementos para uma nova concepção da teoria da racionalidade e para elaboração da sua abordagem das capacidades.

Palavras-chave: Amartya Sen, Adam Smith, ética e economia, autointeresse.

ABSTRACT

The work is divided into two main chapters. The first deals with the different currents of interpretations that Smith's work received. It is argued that reading Smith varied. Acclaimed philosopher Smith came to be read as an advocate of self-interest, but since the 1970s there has been a renewed interest in his work provided by the publication of the Glasgow edition in 1977. This meeting finished work enabled a range of new interpretations that conventionally is called "new readings". In this area falls within the work of the Indian economist Amartya Sen that since the late 1970s sheds attention to the reading and dissemination of smithian ideas. The second central section it is shown that Sen's reading is part of a "new breed" of readers who seeks read Smith's work in context. Sen in his writings about Smith always look refute the distortions that mainstream economics makes his works. Smith's reading was also important for him to formulate elements of a new paradigm for the theory of rationality and for his theory of capacity.

Key words: Amartya Sen, Adam Smith, reading, ethics and economics, self-interest

Sumário

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Adam Smith	11
1.2 Amartya Sen	12
1.3 Estrutura da dissertação	14
2 MODOS DE LER SMITH	16
2.1 Um pouco sobre as origens da economia	16
2.2 O papel da simpatia e do autointeresse na <i>Teoria dos Sentimentos Morais</i>	19
2.3 Alguns elementos da teoria econômica de Adam Smith	22
2.4 Das Adam Smith Problem	25
2.5 Sucesso editorial e difusão da obra	28
2.6 Smith interpretado como economista liberal	30
2.7 A Edição Glasgow e as novas leituras de Smith	34
3 A LEITURA DE SEN	38
3.1 A leitura da obra moral	40
3.2 A Leitura da obra econômica	49
3.3 Um crítico da leitura convencional	59
4. CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1 INTRODUÇÃO

A partir do momento em que um autor põe no papel suas ideias ele não tem mais o controle sobre elas, principalmente porque não pode controlar as interpretações que serão dadas a essas ideias. Muitas vezes, elas ganham contornos totalmente diversos daqueles que seu autor tencionava.

Vários fatores contribuem para tal efeito. O primeiro deles é a maneira de se expressar. Períodos longos, vocabulário pretensioso, variações sobre o mesmo tema e uso ambíguo de expressões podem contribuir para uma amplitude de interpretações.

O segundo fator é a reputação do intérprete. Um ídolo da tribo amiúde contribui para disseminar sua interpretação de determinado autor, contribuindo para formar uma doutrina sobre aquele texto.

Um terceiro componente que explica tais divergências é o momento em que cada interpretação é feita. As ideias dominantes em determinado período tem um grande papel na interpretação de um texto do passado. As ideias dominantes em determinado momento podem de fato contribuir para alterar determinada interpretação.

A obra de Adam Smith esteve sujeita a diferentes interpretações, decorrentes desses elementos listados acima. Sua reputação ora como economista liberal defensor da não intervenção do Estado sobre o funcionamento dos mercados, ora como filósofo e defensor da regulação econômica rendeu uma série de trabalhos e influenciou escolas do pensamento econômico divergentes.

Smith deu margem para que tal controvérsia se estabelecesse, pois sua forma de se expressar não era clara. Seus dois livros publicados em vida, a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*, versam à primeira vista sobre temas inconciliáveis, o que daria margem a discussões incontáveis e que perduraram por um longo período, como veremos mais adiante.

Para tornar o problema maior, o pensamento de Smith orientou e serviu de referência a gerações de economistas que fundaram diferentes escolas de pensamento econômico. Por isso, Smith foi estudado e comentado por vários pensadores e economistas, que multiplicaram as leituras e interpretações sobre sua obra, o que daria

ensejo ao surgimento de uma série de vertentes de interpretações da obra de Smith. Algumas o posicionando ao lado dos economistas liberais, outras o colocando ao lado de filósofos morais.

Esta divergência emerge, sobretudo, da tentativa de conciliar as duas obras de Smith, a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*. A primeira diz que não importa quão egoísta um homem seja, ele irá se interessar pela situação do próximo se tiver a oportunidade, ao passo que na *Riqueza das Nações* o *autointeresse* parece ser o guia para as ações humanas.

Ao longo dos últimos anos vem ocorrendo um renovado interesse pela obra de Adam Smith. Nessa seara insere-se o economista indiano Amartya Sen que desde meados da década de 1980 vem escrevendo textos e proferindo conferências sobre o pensamento de Smith. O ponto é que a interpretação que recai sobre Adam Smith gerou uma margem para opiniões divergentes sobre sua obra, levando a um embate na literatura que se põem a comentá-la. Amartya Sen, tendo conhecimento desse problema, se interessou por fazer uma leitura da obra de Smith e se posicionar em relação a essa divergência.

Essa dissertação irá focar a interpretação que Sen fez das ideias de Smith. Como será argumentado ao longo dessa dissertação, percebe-se que a leitura da obra de Smith expressa nos textos publicados por Sen tem o propósito de chamar a atenção para a amplitude e diversidade do pensamento smithiano, opondo-se a outras leituras que, apesar de superficiais ou equivocadas prevaleceram sobre essa forma de ler e interpretar Smith.

Portanto, essa dissertação não trata da obra de Sen, mas de um aspecto importante, mesmo que localizado de sua produção intelectual: a interpretação de Sen a respeito da obra de Smith. Desse modo, a dissertação trata de “Sen, leitor de Smith”. Se existe uma diversidade de intérpretes da obra de Smith, o objetivo dessa dissertação é falar da interpretação de Sen sobre o pensador escocês e posicioná-lo dentre as correntes de comentadores.

Procura-se examinar os textos de Sen que versam sobre Smith e seus conceitos filosóficos e econômicos. A interpretação de Sen dentro dos protocolos de leitura de Smith será apresentada. Apesar de não existir uma concordância de opiniões procura-se posicionar a leitura de Sen dentro de uma dessas correntes de interpretação.

Assumindo como hipótese que Sen está inserido dentro de uma nova onda de intérpretes de Smith que busca ler conjuntamente tanto a obra filosófica quanto econômica de Smith, ele não vê dicotomia entre a análise social e do funcionamento do mercado e, portanto, não concorda com um tipo de interpretação que destaca apenas o lado estritamente econômico das obras de Adam Smith, ou seja, do teórico da mão invisível e do livre comércio, do *laissez faire* e do defensor do egoísmo ético como parâmetro que motiva as ações humanas.

1.1 Adam Smith

Adam Smith é considerado o intelectual fundador da ciência econômica. Ele nasceu na cidade de Kirkcaldy, na Escócia, em 1723. Formou-se na Universidade de Glasgow em Humanidades. Completou seus estudos na Universidade de Oxford e, em 1751, ingressou como docente na Universidade de Glasgow, primeiro para lecionar Lógica e, logo em seguida, para ser professor de Filosofia Moral. A experiência lecionando essa disciplina lhe renderia a publicação da *Teoria dos Sentimentos Morais*, em 1759.

O livro atingiu um relativo sucesso editorial e isso viria a lhe dar a oportunidade de trabalhar como tutor do Duque de Buccleugh, o que lhe permitiu viajar com seu tutelado e conhecer círculos intelectuais importantes em Londres e Paris, o que lhe permitiu adquirir a bagagem intelectual para escrever a *Riqueza das Nações*.

Smith retornou a Kirkcaldy em 1766, onde passou a se dedicar a redação da *Riqueza das Nações*, fato que viria a ser publicada apenas em 1776. Devido a boa aceitação e ampla difusão de seu trabalho, ele foi nomeado para um cargo público na Alfândega de Edimburgo em 1778 e faleceu na mesma cidade em 1790.

Smith deixou um legado tanto na economia quanto na filosofia, pois seus livros nessas duas áreas foram estudados por diversos outros eminentes filósofos e economistas.

O fato de ele ser considerado o pai fundador da ciência econômica e, ao mesmo tempo, de ter iniciado sua carreira acadêmica como professor de filosofia moral, pesou bastante para o entendimento e as interpretações do pensamento de Smith.

Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith provê uma análise da natureza humana, vista da perspectiva dos sentimentos morais, desenvolvendo um entendimento compreensivo de ética. Hume teve notável influência no pensamento de Smith, que se revela de modo claro nessa obra. Outros filósofos também o influenciaram, como veremos no próximo capítulo. Não obstante, Smith conseguiu conceber uma concepção original e autêntica dos problemas morais, que guarda relevância até hoje.

Já a *Riqueza das Nações*, a obra que consagrou Smith para a posteridade, é um tratado de economia política em que o autor analisa como o padrão de vida de uma nação pode melhorar: é como diz seu título, uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. De acordo com Smith, esse padrão de vida pode ser melhorado pelo aumento da produtividade do trabalho e pela acumulação de capital. Essa produtividade é determinada pela divisão do trabalho e especialização dos trabalhadores, que decorrem da expansão dos mercados. Smith ainda argumentou nesse livro que o agente quando persegue seus interesses privados gera benefícios para a sociedade. Não era o Estado que iria garantir o progresso da nação, mas a propensão de cada cidadão a cuidar de si mesmo. Esse exercício de Smith de tirar o foco da análise dos sistemas políticos e analisar o comportamento auto-interessado como mola propulsora do progresso econômico e social contrastava com as concepções dominantes em sua época. Essa obra tornou-se um clássico que influencia até hoje a formulação de teorias e políticas econômicas.

1.2 Amartya Sen

Sen é um economista laureado com o Prêmio Nobel de 1998 por sua contribuição à teoria da escolha e à economia do bem-estar. Ele nasceu em 1933 na cidade de Manikganj, que à época era território da Índia e atualmente faz parte de Bangladesh. É bacharel em economia pela Universidade Presidencial de Calcutá (1953), bacharel (1955) e doutor (1959) em economia pela Universidade de Cambridge. Foi professor na Jadavpur University (1960-61), na Delhi School of Economics (1963-71), na London School of Economics (1972-77), na Oxford University (1977-1986), na Harvard University (1987-1997; 2004-...), e no Trinity College da Universidade de Cambridge (1998-2004).

Como mostra seu currículo profissional, Sen teve a oportunidade de lecionar nos principais centros de ensino de economia e de filosofia do mundo e contribuiu para o avanço da ciência econômica, gozando de reputação em círculos acadêmicos da área. Mas, por que Sen dedicou tempo e energia para estudar e divulgar a obra de Smith?

É justamente essa pergunta que essa dissertação busca responder. Iremos ver que Sen vislumbrou na obra de Smith, entre outros motivos, uma justificativa para melhorar a forma como a racionalidade é concebida pelos economistas e que a análise do comportamento humano proposta por Sen e inspirada em Smith tem bastante relevância.

Seu interesse pela obra de Adam Smith vem desde seus estudos universitários, ainda na Índia, e intensificaria no final da década de 1970. Depois de ser laureado com o prêmio Nobel, o interesse de Sen por temas ligados à economia do bem-estar aumenta ainda mais, e ele busca em Smith diversos elementos para defender os conceitos que formulou nessa área, como por exemplo a teoria das capacitações.

Desde o final da década de 2000, Sen passou a priorizar a discussão de questões mais filosóficas, como o conceito de direito. Com a crise econômica que tomou conta dos EUA e na Europa no final daquela década, Sen passou a discutir como Smith concebia o livre mercado e a sugerir que, se os formuladores de teoria tivessem seguido os conselhos e ensinamentos do economista escocês, certamente a crise não teria se instalado naquele grau.

Seu primeiro contato com a obra de Smith não pode ser determinado com precisão. Em nossa pesquisa sobre sua obra, foram identificados seis textos que têm como motivação abordar o pensamento ou algum conceito específico de Adam Smith. São eles: “Adam Smith’s Prudence” (1986), “On Ethics and Economics (1987)”, “Adam Smith’s Economics (2006)”, “Adam Smith and the Contemporary World” (2010), “Introduction to the Theory of Moral Sentiments” (2010b), “Uses and Abuses of Adam Smith” (2011) e “The Contemporary Relevance of Adam Smith” (2013). Com respeito a esses textos vale a pena mencionar que alguns deles são trabalhos publicados em volumes de referência sobre o pensamento de Adam Smith: em conjunto com Emma Rothschild, Sen foi escolhido para escrever o capítulo sobre a “Economics of Adam Smith” em *The Cambridge Companion to Adam Smith* (2006) e, mais recentemente, o capítulo sobre a “Contemporary Relevance of Adam Smith” no *The*

Oxford Handbook of Adam Smith (2013) escrevendo sobre a “relevância contemporânea de Smith”.

Existem outros textos em que Sen lança mão da teoria de Smith para justificar algum argumento desenvolvido, como em “Does business ethics make economic sense?” (1993), “The formulation of rational choice” (1994), “Economic wealth and moral sentiments” (1994), “The moral standing of the market” (1985), “Rationality and social choice” (1995), “Development as freedom” (2000), “Why exactly is commitment important for rationality?” (2005), “The idea of justice” (2009).

Optou-se por fazer uma análise mais aprofundada dos seis primeiros textos referidos, pois esses textos tratam unicamente de analisar aspectos da obra de Adam Smith que são importantes para Sen. Os trabalhos referidos no parágrafo anterior posto ter sido identificados comentários sobre Smith não têm como objeto único a obra de Smith, mas apenas tangenciam os conceitos smithianos

Quer-se com essa análise explorar a faceta de comentador de Adam Smith que não é conhecida pela maioria do público que lê suas obras de amplo alcance ou até mesmo que conhece seus artigos de maior difusão. Portanto, interessa-nos investigar a leitura que ele fez da obra do economista escocês com a finalidade de compreender em que medida Sen contribuiu para as controvérsias sobre a interpretação de Smith.

1.3 Estrutura da dissertação

Essa dissertação está organizada em dois capítulos, além dessa introdução e de uma breve conclusão. No primeiro capítulo será feita uma apresentação sobre as questões e os conceitos que serão discutidos no capítulo seguinte. Discute-se um pouco sobre as origens da economia e a natureza histórica dessa disciplina. No tempo em que Smith escreveu a economia era chamada de economia política e seu escopo estava bastante ligado ao da filosofia, não se restringindo aos problemas associados à ideia de alocação eficiente de recursos escassos com usos alternativos que viria a determinar o objeto da disciplina a partir do final do século XIX.

Discute-se também que Smith não compartilha da lógica mandevilliana que diz que “vícios privados implicam em benefícios públicos”. Para tanto, são apresentados os conceitos de simpatia e de *autointeresse*, e discutida sua relação no interior da filosofia moral de Smith. No primeiro capítulo são ainda apresentados os conceitos econômicos mais relevantes para a compreensão da obra econômica de Smith, por exemplo, a propensão à troca, o papel da divisão do trabalho e sua repercussão na produtividade e consequente crescimento da riqueza da nação. Finalmente, discute-se a existência de diferentes problemas e controvérsias associadas a interpretação da obra de Smith, dentre as quais aquela que ficou conhecida como “Das Adam Smith Problem”.

O segundo capítulo analisa a leitura da obra de Smith feita por Amartya Sen, priorizando a análise dos textos em que Sen tem por objetivo específico discutir conceitos e temas associados a Smith. O objetivo aqui é fazer uma análise da interpretação de Sen em relação aos principais conceitos smithianos. Como estrutura optou-se em dividir o capítulo em três seções. A primeira versa sobre a leitura obra moral de Smith, a segunda sobre a leitura da obra econômica e a terceira sobre a crítica de Sen à forma como a leitura de Smith é feita pela escola neoclássica de economia.

A dissertação termina com uma breve conclusão que busca fazer um apanhado geral da discussão.

2 MODOS DE LER SMITH

Smith já era celebrado como o fundador das ciências econômicas desde o início do século XIX, contudo, a forma de ler e compreender sua obra mudou ao longo do tempo, tendo havido diferentes correntes dominantes de interpretação. Para muitos intérpretes, Smith teria contribuído para tal variabilidade de interpretações por ter escrito livros que, a primeira vista, parecem incompatíveis entre si.

Nesse capítulo iremos evidenciar os dois grandes modos de ler Smith. Modo esse que se convencionou chamar de leitura convencional e outro que recebeu o nome de “novas leituras”.

2.1 Um pouco sobre as origens da economia

Para entender a repercussão da obra de Adam Smith e as diferenças entre as vertentes de sua interpretação é necessário apresentar os elementos fundamentais das teorias formuladas por esse autor. Adam Smith foi um filósofo e um economista político, que escreveu em um tempo em que a ciência econômica ainda não gozava o status de disciplina científica. sequer existia uma disciplina autônoma que se chamasse economia ou ciência econômica.

O objetivo da ciência econômica moderna é estudar a melhor forma de alocar os recursos escassos entre usos alternativos. Fazendo isso, os estudiosos dessa ciência presumem que estarão contribuindo para o bem-estar de cada indivíduo e também para o bem-estar social. Mas, no tempo de Smith essa compreensão moderna dos objetivos da economia não estava formulada, nem correspondia aos objetivos que se atribuía à economia política¹.

¹ Conforme Smith definia a economia política, esta era uma ferramenta necessária para prover às pessoas os meios necessários para a subsistência e para suprir ao Estado a receita necessária para custear os serviços públicos.

A economia política foi pensada no século XVIII como uma área do conhecimento ampla, incluída no interior da filosofia moral (das ciências morais ou sociais). Alguns dos primeiros formuladores da economia eram filósofos e/ou pensadores. Na verdade, por um lado existiam homens práticos que, tomando por base sua experiência particular nos negócios privados ou do Estado, postulavam teorias ou a existência de regularidades de cunho empírico. Por outro lado, existiam pensadores, teóricos que estavam interessados em formular teorias a partir do conhecimento *a priori* (MILL, 1874, p. 5) ou empírico. Portanto, existe uma relação fundacional entre economia e filosofia. Nesse sentido, até a consolidação da economia como ciência autônoma, as formulações de muitos problemas eminentemente econômicos foram feitas por filósofos.

Smith teve sua formação acadêmica ligada à filosofia. Quando lecionou, seus cursos abrangiam desde Teologia Natural e Ética, até Jurisprudência e Economia Política (RAPHAEL e MACFIE, 1976).

Outro texto fundacional da economia foi escrito por Bernard Mandeville chama-se *A Fábula das Abelhas (1714)*. Nele, o autor defende que vícios privados frequentemente dão origem a benefícios públicos, comparando a sociedade a uma grande colmeia. A metáfora do médico holandês era no sentido de que o egoísmo e a busca do autointeresse de cada abelha (ou indivíduo) gerariam a pujança da colmeia. Quando a colmeia cultivava vícios, estes contribuía para sua prosperidade, ao passo que quando a colmeia resolve se livrar dos vícios, a sociedade das abelhas entraria em crise e estagnação, pois nenhuma abelha mais possuiria o ímpeto de buscar a riqueza. Dito de outro modo, quando Mandeville aponta o fracasso da colmeia virtuosa ele está fazendo um exercício contrafactual que tem como objetivo mostrar que virtude e honestidade não geram pujança econômica. Ele está dizendo que se as abelhas agissem eticamente e abandonasse o egoísmo isso implicaria no fracasso da colmeia.

Essa alegoria expressa uma ética de resultados, de que não importa o caráter da conduta, mas tão somente o seu resultado (BIANCHI, 2005). Mandeville, para Hirschman (1979) estaria ironizando a sociedade liberal nascente. Viner (1923) diz que a lógica mandevilliana tinha sentido, porque ele era um mercantilista e a administração do Estado conseguiria garantir que os vícios privados se tornassem benefícios públicos.

Já Hayek (1968), por exemplo, afirma que Mandeville é um precursor da “mão invisível” smithiana, pois um mínimo de regras do jogo garantirá que os vícios privados redundem em benefícios públicos. Para outros, como Dumont (1977), a afirmação de Mandeville representaria um momento de ruptura com a moralidade: Smith, ao beber dessa fonte, estaria inaugurando uma economia distante da moral, de modo que a fórmula “vícios privados, benefícios públicos” estaria albergada na lógica da Riqueza das Nações.

Essa leitura daria ensejo ao surgimento de uma corrente de interpretação do pensamento de Smith que é caracterizada por proclamar as benesses do autointeresse, e que conta como seus maiores expoentes com Milton Friedman e George Stigler.

Para esses autores, indivíduos movidos pelo *autointeresse* conduziriam a sociedade a um nível ótimo de eficiência alocativa, desde que o Estado garantisse o mínimo de proteção às regras de funcionamento do mercado.

Esses autores utilizaram a metáfora da mão invisível para embasar suas posições teóricas, referindo-se a Riqueza das Nações para dizer que, com regras do jogo bem determinadas e o livre funcionamento do mercado, os jogadores orientados pelo autointeresse irão contribuir para o crescimento da riqueza da nação. A prosperidade econômica será atingida apesar da falta de ética dos jogadores (FONSECA, 1994).

Por outro lado, Smith criticou a lógica proposta por Mandeville quando afirma na *Teoria dos Sentimentos Morais* que “A grande falácia do livro do Dr. Mandeville é representar toda paixão como inteiramente viciosa, na medida em que ela o seja em qualquer grau ou em qualquer direção.” Nessa passagem, Smith está dizendo que a mesma paixão pode ou não ser viciosa, dependendo de sua intensidade ou de para que direção se orienta. Ou seja, para ele o amor próprio ou a busca do autointeresse não são necessariamente vícios.

Na Riqueza das Nações, por sua vez, ele diz que o livre-mercado e o desejo presente em cada indivíduo de melhorar sua própria condição são os responsáveis pela riqueza das nações.

O esforço natural de cada indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se lhe permite ser exercitado com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que ele é capaz, por si só, e sem qualquer assistência,

não apenas de conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade, mas de sobrepujar uma centena de obstruções impertinentes com as quais a estupidez das leis humanas com tanta frequência estorva sua operação (WN, v. II, IX, p. 674(28)).

Assim, a tese de Smith na Riqueza das Nações é a de que os indivíduos desejam melhorar sua condição e, se forem livres para perseguir seu autointeresse irão promover a riqueza e a prosperidade não apenas de si mesmos, mas do conjunto da nação. Mas se olharmos para a *Teoria dos Sentimentos Morais*, encontraremos um Smith que discute os freios e contrapesos impostos pela nossa consciência na busca dessa melhoria de condições:

How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it (TMS, I. I. 1).

Smith sabe que o autointeresse é algo benéfico para o resultado econômico. Por outro lado, o autointeresse não é a única paixão que move os indivíduos, nem é algo admirável em si mesmo. Como conciliar os termos em que o autointeresse é colocado nessas duas obras?

Na próxima seção serão apresentados os principais elementos contidos nos dois livros de Smith para o propósito dessa dissertação.

2.2 O papel da simpatia e do autointeresse na *Teoria dos Sentimentos Morais*

A *Teoria dos Sentimentos Morais* tem como categoria central o conceito de simpatia. A simpatia é uma operação da imaginação através da qual nos colocamos no lugar do outro para conceber como reagiríamos diante da situação que ele está vivendo. Como não temos acesso àquilo que o outro sente, somente podemos formar uma ideia de seus sentimentos se imaginarmos como nos sentiríamos caso estivéssemos naquela situação (CERQUEIRA 2006, p. 13). Ou seja, a simpatia não é exatamente o que chamamos de compaixão, nem é o contrário do egoísmo ou do autointeresse.

Colocando-me no lugar do outro posso julgar se determinada ação ou comportamento é adequado à situação ou não. É um processo em que eu imagino como me sentiria se estivesse nessa situação. E se de fato eu imagino que sentiria e agiria como a pessoa em análise, então eu simpatizo com o seu sentimento e, nesse caso, eu aprovo sua reação ou comportamento, pois me comportaria da mesma forma. Se, ao contrário, eu imagino que reagiria de outra maneira, então não há simpatia com o outro e eu termino por reprová-lo moralmente.

Nesse sentido, a simpatia é uma concordância com o sentimento do outro. Portanto, para Smith a simpatia não vem do contato, nem se resume a um contágio de sentimentos, do ato de compartilhar prazer e dor alheios. Ela é o ato de compartilhar qualquer sentimento. Isso quer dizer que simpatia denota uma correspondência de sentimentos entre aquele que sente ou age e o espectador.

Se a avaliação do espectador estiver em consonância com aquilo que a pessoa diretamente afetada sente, o espectador considerará esse sentimento adequado. Portanto, aprovar a situação de alguém é o mesmo que simpatizar com ela.

Para além da condição de espectadores dos sentimentos e ações dos demais indivíduos, Smith faz menção em sua obra a um certo “espectador imparcial”, o “homem dentro do peito” ou “homem consigo mesmo” (TMS, I.iii.I.14 e III.5.I). O espectador imparcial é a consciência. Ele difere dos espectadores externos ou empíricos porque é “criado pela imaginação de cada homem para julgar sua conduta tal como ela apareceria a alguém que não fosse limitado pelos preconceitos, pela parcialidade ou pela desinformação que, muitas vezes, caracterizam o ponto de vista dos espectadores externos. Ele é o próprio eu, mas não na condição de agente, e sim na condição de observador de si mesmo.” (CERQUEIRA, 2006, p. 16). Ele tem, portanto, a pretensão de poder proferir um julgamento isento, porque livre das limitações que pesam sobre cada espectador empírico. Essa capacidade advém da experiência e da observação da sociedade e do exercício de juízos morais através do exercício da simpatia.

Nesse livro Smith recorre também à ideia de autointeresse que, para alguns autores, seria o conceito sobre o qual estaria baseada sua teoria econômica. A referência de Smith é a escola estoica de filosofia grega em que emprega o conceito de amor-próprio (self-love), que é usada como sinônimo de *autointeresse* (self-interest, self-concern).

O amor-próprio, no entendimento, de Smith é o sentimento que cada ser humano cultiva de ter cuidado de si mesmo, de buscar a consecução dos próprios objetivos. A ideia é que cada pessoa sabe o que é o melhor para si, ou seja, cuidar da própria saúde e ir em busca de sua sobrevivência é uma pulsão natural comandada pelo autointeresse.

Sem dúvida, todo homem é por natureza recomendado, primeira e principalmente, ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais apto ao cuidado de si mesmo que ao de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim (TMS II.ii.2.1).

O autointeresse, quando presente em um grau que não é nem excessivo, nem deficiente, conduz ao que Smith irá chamar de virtude da prudência. Destaca-se aqui a ideia de que o amor-próprio não é em si mesmo nem vicioso, nem virtuoso; quando moderado, isto é, quando presente na justa medida ele conduz a virtude, pois se o autointeresse for, por exemplo, exacerbado, torna-se egoísmo, sentimento que é desaprovado pela sociedade.

Smith busca então dos estoicos o conceito de autodomínio (self-command) ou “aquele domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza ao que a nossa própria dignidade e honra e a correção de nossa própria conduta requerem...” (TMS I.i.5.1). O “viver em sociedade” funciona para Smith como um limitador para nossas paixões, entre as quais o autointeresse (ou o amor-próprio), que será moderado pelo espectador imparcial. O espectador imparcial entra em cena para frear o autointeresse e fazer prevalecer a virtude que é indispensável à vida em sociedade, a justiça. Sem esta, a sociedade não pode subsistir. O autointeresse é muito útil do ponto de vista do indivíduo e da sociedade, pois induz a geração de riqueza. Contudo, o autointeresse desenfreado degenera em egoísmo e move o indivíduo a atender seu interesse próprio através de ações que prejudicam o direito alheio:

Na corrida por riqueza, fama e honrarias, ele [o indivíduo] pode correr tão esforçadamente quanto for capaz, e empregar ao máximo cada nervo e músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele porventura atropela ou derruba qualquer um deles, a complacência dos espectadores termina por completo. Trata-se de uma violação do jogo limpo que eles não podem admitir. (...) Portanto, eles logo simpatizam com o ressentimento

natural do prejudicado e o infrator torna-se o objeto de seu ódio e indignação (TMS II.ii.2.1; cf. MULLER 1995 p. 111).

Portanto, a simpatia tem grande importância na argumentação de Smith sobre como julgamos os comportamentos alheios, mas também sobre como moderamos nosso próprio comportamento de modo a permitir que o autointeresse de cada indivíduo não degenerem num conflito sem regras que inviabilize a vida em sociedade.

2.3 Alguns elementos da teoria econômica de Adam Smith

Nesta seção apresentaremos alguns pontos importantes da teoria econômica de Smith, sem a pretensão de esgotar os assuntos principais de sua obra, mas apenas o de subsidiar a discussão das vertentes de interpretação do seu sentido geral. Para Smith, o grande motor que impulsiona a riqueza das nações é a divisão do trabalho, pois esta induz o aumento da produtividade. Aqui Smith está rompendo com os economistas mercantilistas que afirmavam que a fonte da riqueza seria o comércio exterior, pois o crescimento da riqueza viria com o acúmulo de sucessivos superávits da balança comercial.

A divisão do trabalho, para Smith, emerge de uma propensão natural que as pessoas têm de realizar trocas, pois os indivíduos descobrem ao longo do tempo que, especializando-se na produção de determinado produto ou serviço, obterão um maior rendimento do que se tentarem produzir tudo aquilo de que necessitam para viver. Portanto, o crescimento da riqueza é, primordialmente, resultado da divisão do trabalho que deriva da propensão à troca (CERQUEIRA, 2004, p. 27).

De fato, a divisão do trabalho e as trocas se tornarão o fio condutor da obra, pois serão a causa da opulência universal, e uma sociedade tem mais conforto material através dos bens produzidos pelo trabalho e não daqueles que são uma dádiva da natureza.

Smith se vale de um paradoxo para ilustrar esse ponto. Segundo ele, um trabalhador humilde da Inglaterra é mais rico e dispõe de um maior número de bens para consumo do que o mais rico rei africano, senhor da vida de milhares de selvagens. Esse aparente paradoxo pode ser explicado pelo fato de que entre os selvagens não há

divisão do trabalho, ao passo que para atender suas necessidades mesmo o mais humilde trabalhador inglês pode contar com a multiplicação de bens proporcionada pela divisão do trabalho, a “... grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios, em consequência da divisão do trabalho, que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela opulência universal que se estende até às camadas mais baixas do povo” (WN I.i.10; apud CERQUEIRA, 2003, p.10)

Smith apresenta exemplos de diferentes formas de divisão do trabalho, sem se dar conta de suas diferenças, que seriam estabelecidas posteriormente por autores como Marx. Por um lado, ele discute a divisão técnica das tarefas que é ilustrada pelo famoso exemplo da fábrica de alfinetes, em que a produtividade cresce quando as várias etapas do mesmo ofício são divididas entre diferentes trabalhadores: “um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas etc.” (WN I.i.3), e nesse processo, cada pessoa ao se especializar adquire maior destreza na execução de sua tarefa. Outros trechos tratam da divisão social do trabalho, da divisão do trabalho entre pessoas de diferentes ofícios ou diferentes unidades produtivas, como a que separa tarefas agrícolas e industriais, os diferentes ramos da produção etc.

A divisão do trabalho, nos dois casos, gera ganhos de produtividade que, por sua vez, farão crescer a riqueza da nação. Esse último resultado é um fim intencional e consequência direta da divisão do trabalho e o resultado não intencional da ação de cada produtor é que todos irão se beneficiar dessa atitude, ou seja o benefício comum é não intencional. Assim, a difusão da divisão do trabalho, promovida pela propensão à troca e pela expansão dos mercados, proporciona um resultado que é positivo não apenas do ponto de vista de cada produtor, mas do ponto de vista coletivo: o crescimento da produtividade, o barateamento dos produtos e a possibilidade de que mesmo os indivíduos mais simples possam consumi-los. Outros efeitos não intencionais desse processo, como as disputas comerciais predatórias, as falências, o desemprego etc. são deixados de lado na análise que Smith desenvolve no primeiro livro da *Riqueza das Nações* (RUBIN, 1979, p. 180).

É nesse contexto que surge aquele trecho frequentemente citado em defesa da visão que atribui a Smith uma visão da natureza humana assentada essencialmente

sobre o autointeresse. Nesse trecho, Smith está se referindo à natureza mutuamente vantajosa das trocas:

In civilized society he stands at all times in need of the co- operation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons. In almost every other race of animals each individual, when it is grown up to maturity, is in- tirely independent, and in its natural state has occasion for the assistance of no other living creature,s But man has almost constant occasion for the help of his brethren, and it is in vain for him to expect it from their benevolence only. He will be more likely to prevail if he can interest their self-love in his favour, and shew them that it is for their own ad- vantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater part of those good offices which we stand in need of. It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their [22] regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages. Nobody but a beggar chuses to depend chiefly upon the benevolence of his fellow- citizens. Even a beggar does not depend upon it entirely. The charity of well-disposed people, indeed, supplies him with the whole fund of his subsistence. But though this principle ultimately provides him with all the necessaries of life which he has occasion for, it neither does nor can provide him with them as he has occasion for them. The greater part of his occasional wants are supplied in the same manner as those of other people, by treaty, by barter, and by purchase (WN, I.ii2).

Essa citação, a seu modo, como argumenta Bianchi e Santos, 2005, recria o paradoxo mandeviliano, pois “o que traz nosso jantar à mesa é o interesse de nossos fornecedores, não sua boa vontade (...) apesar disso, o regime de livre mercado é capaz de conduzir ao bem-estar social, harmonizando os interesses individuais no interesse geral” (BIANCHI M, SANTOS A., 2005, p. 20).

Em resumo, Smith está dizendo que cada indivíduo agindo em busca de seu interesse está ajudando a coletividade, agindo em prol do bem comum. É nesse contexto que surge a metáfora da mão invisível.² Ele se vale dessa metáfora quando discute o comércio exterior. e o crescimento econômico. Se cada um sabe o que é melhor para si, o melhor a fazer é que cada um possa buscar seus próprios interesses,

² Essa metáfora aparece três vezes na obra de Smith. Uma na *Riqueza das Nações*, uma na *Teoria dos Sentimentos Morais* e uma na *História da Astronomia*. Ela é uma metáfora para o que Hayek (1967) chama de consequências não intencionais da ação humana.

pois agindo assim quem busca satisfazer o próprio interesse enriquecerá e se todos agirem da mesma forma a nação como um todo também enriquecerá.

Por outro lado, o argumento econômico contido na Riqueza das Nações diz que para que uma nação prospere não é necessário que haja benevolência: basta que cada indivíduo seja livre para agir segundo seu autointeresse para que, através da divisão do trabalho, a sociedade prospere, alcançando-se um resultado que seria inalcançável sem a cooperação mútua dos trabalhadores.

2.4 Das Adam Smith Problem

A brevíssima apresentação de alguns dos temas centrais das duas obras de Smith já são suficientes para entender parte dos motivos pelos quais seu pensamento foi objeto de controvérsia e interpretações conflitantes. Como o argumento da *Teoria dos Sentimentos Morais* centra-se do conceito de simpatia e na capacidade de simpatizar das pessoas como fundamento dos juízos morais e, por outro lado, o argumento da Riqueza das Nações é centrado na ideia de que o autointeresse é a base para o crescimento da riqueza, a aparente contradição entre esses dois atributos da natureza humana deu origem a uma discussão sobre a compatibilidade ou não dos argumentos empregados por Smith nos dois livros, a qual foi nomeada de “Das Adam Smith Problem”. Esta controvérsia ou “problema” surgiu, sobretudo nos meios literário e acadêmico da Alemanha na primeira metade do século XIX, e consistiu na tentativa de conciliar a ênfase dada por Smith ter dado ênfase na TMS à simpatia com a ênfase dada na Riqueza das Nações ao autointeresse. O importante é frisar que os autores que formularam esse problema entenderam que no primeiro livro o motor que impulsionava as ações humanas era a simpatia, entendida como uma paixão contrária a outra paixão humana, o amor-próprio que, por sua vez, seria o impulso dominante das ações humanas segundo o argumento do segundo livro.

As duas citações mais célebres dos dois livros de Smith, a primeira, extraída da *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith destaca a capacidade que todos, até os mais egoístas, têm de expressar simpatia pelo próximo.

How selfish soever man may be supposed, there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it (TMSI.i.1.1).

Ao passo que na Riqueza das Nações o trecho mais citado ou conhecido é o que diz que não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas tão somente do apelo a seu amor-próprio (self-love) ou autointeresse:

It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we can expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages (WN I.ii.2).

Essas duas passagens são exemplos dos motivos que deram origem a essa controvérsia. A primeira afirmação parece afirmar que todas as pessoas se orientam por um sentimento, a simpatia, que nos torna altruístas, ao passo que a segunda diz que as pessoas importam-se primordialmente pelo seu autointeresse. O paradoxo aparente consiste no fato de que, num texto as pessoas são representadas como dotadas de uma natureza essencialmente egoísta, ao passo que no outro elas são apresentadas como portadoras de uma natureza capaz de ter benevolência. Os intérpretes consideraram, portanto, que haveria uma incompatibilidade entre essas duas formas de representar a natureza humana. Enquanto a *Teoria dos Sentimentos Morais* estaria calcada no altruísmo, a Riqueza das Nações estaria calcada no egoísmo. Na *Teoria dos Sentimentos Morais* as influências seriam Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776), ao passo que na Riqueza das Nações as influências seriam Thomas Hobbes (15585-1679), Bernard de Mandeville (1670-1733) e Claude Adrien Helvétius (1715-1771).

Tendo esses pensadores visões diferentes sobre o comportamento humano, haveria, portanto, uma ruptura na forma como Smith pensava esse problema no íterim de dezessete anos que separa a publicação dos dois livros. Hutcheson teria influenciado Smith em sua juventude, pois fora seu professor de filosofia moral e vaticinava que o

senso moral dos indivíduos era inato. Dessa forma, a benevolência seria uma característica humana inabalável. A benevolência controlaria o autointeresse, de modo a não prejudicar os demais participantes da sociedade. Já a influência de Hume estaria presente porque vaticinava o respeito às regras sociais, a justiça e a utilidade do trabalho para a sociedade (BIANCHI 1986; GANEM, 2000).

Por outro lado, tendo Smith rompido com esses primeiros autores, ele teria se inspirado basicamente em Hobbes e Mandeville para escrever a *Riqueza das Nações*. Hobbes afirmava que a natureza humana é egoísta e avarenta, o que levaria a uma guerra de todos contra todos. Já Mandeville, como foi apresentado anteriormente, acreditava ser o vício privado que levaria ao benefício público, o egoísmo seria o responsável pelo progresso. Já Helvétius afirmava que o comportamento humano é egoísta e que é através da educação que o homem cria capacidade para verter esse egoísmo de forma produtiva para a sociedade (BIANCHI, 1986; FONSECA, 1991; TORRES, 1998; GANEM, 2000).

Smith teria mudado de ideia na *Riqueza das Nações*, ao afirmar que o egoísmo é que impulsiona as pessoas? Ou apenas tratar-se-ia de uma inconsistência? A filosofia moral e a economia política são disciplinas incompatíveis entre si e que, portanto respeitam mecanismos de funcionamento diferentes? Ou seja, na província da economia haveria “férias morais” para o agente, ou, tomando as palavras de Bianchi e Santos (2005), o homem seria frio e calculista nos assuntos econômicos e bondoso e benevolente no aspecto moral?

Esse paradoxo, porém, foi superado entre os intérpretes de Smith, na medida em que, com o tempo, verificou-se que é um equívoco tratar como sinônimos autointeresse e egoísmo, bem como igualar a simpatia ao altruísmo. O comportamento autointeressado, como foi dito anteriormente, não é visto por Smith como um comportamento vicioso. Ele deve ser moderado pelo autodomínio, de tal modo que o amor-próprio não seja desenfreado. Quando esse sentimento vai além da medida, ele é mal visto pela sociedade e, sobretudo, pelo espectador imparcial, e é só então que o comportamento se torna propriamente egoísta. A simpatia, por sua vez, é apenas uma operação da imaginação e não é propriamente uma motivação de ação. Portanto, não pode ser sinônimo de benevolência, esta sim uma motivação virtuosa.

Portanto, o “Das Adam Smith Problem” é resultado de uma forma particular – e, poderia ser acrescentado, de uma forma equivocada – de leitura e compreensão da obra de Smith, que estabelece uma contraposição entre a simpatia e o autointeresse e, desse modo, vislumbra uma ruptura entre as duas obras.

O “Das Adam Smith Problem”, portanto, é um exemplo da variabilidade das interpretações sobre a obra de Smith ao longo do tempo, das mudanças na forma como Smith foi lido. Na próxima seção iremos abordar esse processo tentando refazer o processo de recepção das duas obras publicadas em vida por Smith. Iremos ver que a interpretação de Smith oscilou ao longo da história. Optou-se por separar essa interpretação em dois grupos, a saber, daqueles que interpretaram Smith como um economista liberal e daqueles que romperam com essa interpretação mais tradicional. (RAPHAEL & MACFIE, 1976, p. 20-5).

2.5 Sucesso editorial e difusão da obra

Nessa seção tem-se por objetivo relatar como a obra de Smith foi publicada e recebida nos principais círculos intelectuais da Europa no século XVIII. O objetivo aqui é mostrar o processo que levou Smith a obter a alcunha de intelectual fundador da economia.

A estreia literária de Smith foi bem sucedida. A *Teoria dos Sentimentos Morais*, que foi publicada em 1759, foi bem acolhida em Londres e em Paris, como escreveu Hume em carta enviada a Smith noticiando que o livro já havia vendido 2/3 da primeira edição de 1.000 exemplares (TRIBE, K. & MIZUTA, H, 2002). Esse sucesso também pode ser atribuído em parte a Hume, pois ele foi o responsável por promover esse livro de Smith entre os círculos intelectuais das duas capitais. Hume ainda escreveria para Smith para dar-lhe os parabéns e contar sobre sua impressão em relação à recepção da *Teoria dos Sentimentos Morais*: “your Book has been very unfortunate: for the Public seem despose to aplaude it extremely. It was looked for by the foolish People with some Impatience; and the Mob of Literati are beginning already to be very loud in its Praises.” (HUME apud *Teoria dos Sentimentos Morais*: I.ii.2)

Ao todo foram publicadas cinco edições da *Teoria dos Sentimentos Morais* até 1790 e outras vinte até 1825. O livro foi traduzido nesse período para o francês e o

alemão (CERQUEIRA, 2005, p. 183). Nessa perspectiva, pode ser considerado que o livro teve ampla difusão durante a segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Smith recebeu reconhecimento desde a publicação desse primeiro trabalho, de modo que seu pensamento exerceu influência nos principais círculos intelectuais da época como, por exemplo, entre os iluministas escoceses e continentais, e autores como Condorcet, Herder e (REEDER, J., 1997 e RAPHAEL, D. D. & MACFIE, 1976).

A *Teoria dos Sentimentos Morais* é um tratado filosófico e em sua primeira edição, datada de abril de 1759, continha 550 páginas. O autor era indicado apenas como “ADAM SMITH, Professor de Filosofia Moral na University of Glasgow”. O preço inicial era de seis shillings, o que leva alguns autores a aventar que Smith não recebeu uma grossa quantia pela publicação desse livro.

A segunda impressão possuía veio a público em setembro de 1760. A segunda edição foi publicada em 1761. A terceira em 1767. Em outubro de 1774 foi publicada a quarta edição. Em setembro de 1781 foi publicada a quinta edição. A sexta edição foi publicada em abril de 1790 e foi essa a edição que recebeu a maior quantidade de alterações por parte de Smith. Essa edição, apesar da elevada tiragem, esgotou-se rapidamente, Ainda haveria outras reimpressões em 1797 e 1801, sendo essa a última impressão protegida por direitos autorais.

Ao longo dessas seis edições 7750 cópias foram impressas, de forma que se pode afirmar o sucesso e a popularidade do livro na segunda metade do século XVIII.

Já a *Riqueza das Nações*, publicada em 1776, foi recebida com grande expectativa por aqueles que haviam lido a *Teoria dos Sentimentos Morais*. O livro também vendeu bem, exigindo uma segunda edição em 1777 que foi publicada em Londres em fevereiro 1778 (TRIBE E MIZUTA, 2002). O estilo de exposição do livro era bastante diferente do adotado no primeiro. O livro era mais extenso. Além disso, sua estrutura era, aos olhos de alguns dos leitores, considerada nem sempre clara, alternando digressões sobre a forma de funcionamento das diferentes sociedades com longas exposições teóricas (CERQUEIRA, 2005).

A terceira edição foi publicada em novembro 1784. Dois anos mais tarde, uma nova reimpressão foi necessária. Uma quarta edição saiu em novembro de 1788. A quinta edição foi publicada em 1789. A sexta edição foi lançada em dezembro de 1793,

a sétima em dezembro de 1793, e a foi publicada em setembro de 1796. A nona foi publicada em maio de 1799, bem como a décima lançada em 1802, a última que era resguardada com direitos autorais.

Ou seja, livro foi editado cinco vezes antes de 1790, ano da morte de Smith, tendo sido traduzido para o francês, alemão, italiano e dinamarquês. No total, entre a primeira e décima edição com direitos autorais, foram impressas aproximadamente 19.000 cópias do livro. Um livro grande e inesperadamente popular.

Tanto a *Teoria dos Sentimentos Morais* quanto a *Riqueza das Nações* geraram bom retorno financeiro e abriram oportunidades para Smith. O sucesso da *Teoria dos Sentimentos Morais* deu a Smith a oportunidade de ser convidado a tornar-se tutor do Duque de Buccleuch, cargo que lhe renderia uma pensão vitalícia. A publicação da *Riqueza das Nações* proporcionaria o convite a tornar-se Comissário de Alfândega. Além dessas sinecuras, Smith lucrou com as publicações, fato que não era comum naquela época em que o público leitor de publicações especializadas não era grande, mas os custos de publicação eram elevados, devido à escassez de papel e do processo de impressão altamente demorado. Aventa-se que Smith tenha recebido quase 3.000 libras pela publicação da *Riqueza das Nações* (TRIBE, 2002).

Além disso, houve uma ampla difusão de sua obra tanto em países de língua inglesa, quanto em línguas francesa, alemã, russa, portuguesa, espanhola, chinesa, japonesa etc.

Smith passou a condição de eminente fundador da economia e, paulatinamente, a condição de filósofo foi sendo esquecida. Na próxima seção procuramos analisar como esse processo de identificá-lo como economista liberal aconteceu.

2.6 Smith interpretado como economista liberal

Mais de 250 anos separam a primeira publicação da *Teoria dos Sentimentos Morais* da atualidade. Ao longo desses anos, diversos autores se lançaram ao trabalho de ler e comentar a obra de Smith.

Smith já gozava da reputação de ser o fundador da ciência econômica desde o início do século XIX. Desde sua publicação, a *Riqueza das Nações* foi lida como um livro que continha uma série de proposições acerca dos benefícios do livre comércio,

sobre a divisão do trabalho e a natureza da acumulação de capital. O livro contém uma teoria do valor e uma teoria da distribuição alternativa à proposta pelos fisiocratas e baseada na compreensão da sociedade comercial como uma sociedade dividida em três classes: proprietários de terras, capitalistas e trabalhadores assalariados (TRIBE, 1999, p. 613). Em particular, os dois primeiros livros foram os que receberam a maior atenção dos economistas clássicos, pois versam sobre a teoria da produção (e do valor) e da distribuição. Os livros III, IV e V atraíram pouca atenção por tratar sobre temas mais amplos como dos estágios de crescimento e desenvolvimento de uma sociedade, as receitas e despesas do governo, e outros temas que, gradualmente, foram deixando de ocupar a agenda dos economistas.

Os argumentos de Smith foram invocados por rebeldes da Revolução Francesa. Mas, com a derrocada do movimento e a reinstalação de forças conservadoras, levou os intérpretes mais moderados de Smith a dissociar suas doutrinas liberais de reformas constitucionais (TEICHGRAEBER, 1981).

Em certa medida, este fato contribuiu para que a partir do século XIX ocorresse uma apropriação mais seletiva da obra de Smith. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrada em Malthus e em Ricardo. Esses dois economistas tomaram Smith como um referencial teórico para suas teorias, mas também tentaram corrigir ou aprofundar os pontos em que esta era, a seu ver, falha ou superficial.

Além disso, ao longo do século XIX o viés mais analítico e um escopo mais restrito dos autores tornaram o método de abordagem e exposição dos problemas econômicos diferente do método empregado por autores do século XVIII como Smith, cuja abordagem era mais filosófica e abrangente.

Paulatinamente Smith passou a ser um guru para uma nova tradição teórica, mas ao mesmo tempo foi neutralizado como teórico, ou seja, tratado como um autor que deve ser invocado por seus princípios gerais, mas cujas teorias não são mais relevantes ou suficientes para explicar os problemas da economia clássica.

Assim, a popularidade de sua obra oscilou ao longo dos anos. De forma geral, em 1790, Smith era bastante popular. Um século depois, sua popularidade estava em baixa e dois séculos depois voltaria a subir (TRIBE, 2002).

Na segunda metade do século XIX a reputação de Smith como teórico do livre mercado já estava sedimentada. Nesse mesmo período teve início o movimento

marginalista na economia, que queria romper com os fundamentos teóricos da economia política clássica. Como Smith era uma espécie de ícone dos clássicos, tornou-se um dos alvos da crítica dos marginalistas.

Nas décadas seguintes, a ascensão do paradigma neoclássico fez com que o nome de Smith fosse lembrado apenas como inspirador de políticas baseadas no *laissez-faire*, caindo no esquecimento sua contribuição às teorias do valor e distribuição, entre outras.

Essa tendência em considerar suas obras como uma espécie de relíquia do liberalismo clássico continuou, principalmente no século XX. Com a crise de 1929, reforçou-se o movimento de estereotipar a visão smithiana em termos apenas da “mão invisível”. Como crescia nessa época a consciência de que o Estado precisava intervir para reestabelecer o frágil sistema econômico, a medida que as ideias de autores como Keynes foram se popularizando, o pensamento econômico de Smith foi caindo em mais e mais em desuso, de forma que no início dos anos 1950 Smith era considerado pelos economistas um autor “fora de moda” (CERQUEIRA, 2005, p. 186).

Na década de 1980, um movimento inverso no plano das políticas econômicas favoreceu uma espécie de “volta por cima” de Smith: suas ideias serviram de pano de fundo para justificar o movimento de ascensão do neoliberalismo e do processo de privatizações que daria ensejo ao “estado mínimo” que, diziam os seus ideólogos, estaria em consonância com os ideários liberais propugnados por Smith. Essa tradição de interpretação foi consolidada durante essa década e a seguinte, sendo o nome de Adam Smith invocado por *policymakers* para a promoção das ideias de uma economia movida pelo autointeresse e adepta do liberalismo.

Paradoxalmente, três anos antes de sua morte, em 1790, Smith não era tido como um defensor irrestrito do livre mercado, motivo que levou Jeremy Bentham a escrever para ele com a finalidade de que reconhecesse as virtudes de uma economia desregulamentada. Nessa carta³, Bentham pedia para que Smith deixasse o mercado em paz e não defendesse mais a intervenção do governo. Qual o verdadeiro Smith? O que recebera a carta de Bentham em 1787 ou aquele autor pintado pelas leituras que se sucederam? Para responder a essa questão precisamos jogar luz no processo de interpretação sofrido pela obra de Smith.

³ (BENTHAM, 1843, apud Sen, 2010a, p. 51)

É possível dizer que ao menos duas estratégias interpretativas podem ser adotadas ao ler um autor do passado. A primeira procura trazer seu texto para a discussão contemporânea, julgá-lo levando em conta o conhecimento atual, apontando sua correção ou incorreção com base na teoria econômica contemporânea. Alternativamente, existe outra forma de interpretação que é aquela que tenta interpretar autores do passado à luz do seu contexto histórico. Essa corrente sabe que um texto antigo não tem que se conformar à forma atual de pensar uma disciplina, portanto, essa corrente pressupõe que “não podemos impor aos autores do passado nem os conceitos, nem a compreensão que temos de cada objeto”, pois “o sentido de proposições e conceitos empregados no passado não é imediatamente acessível a nós” e “o sentido de cada conceito deve ser buscado no seu uso, na maneira e no contexto em que ele é empregado.” (CERQUEIRA, 2005, p. 190).

Um dos representantes da primeira corrente interpretativa é Milton Friedman o qual disse que “Smith’s relevance to us is a function of the degree to which his arguments retain their validity, propositions advanced by Smith being directly applicable to, and testable against modern issues (FRIEDMAN, 1978, p. 7-8 apud TRIBE, 1999).

Essa forma de interpretar não faz justiça aos textos de Smith, pois muito daquilo do que ele disse e da forma com que escreveu não se ajusta ao padrão moderno de economia. Se algum intérprete ler o texto dessa maneira ele será levado a pensar que o texto de Smith encontra-se cheio de erros e incoerências. Esses intérpretes sequer cogitam a possibilidade de que essa outra forma de expor é apenas um forma diferente da atual (TOLIPAN, 1990, TRIBE, 1999).

É precisamente o problema que ocorre com a relação entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a RN. Muito dos assuntos abordados por Smith não correspondem à forma de tratamento contemporânea empregado pela ciência econômica, então essas partes do texto passam a ser ignoradas na apreciação do arcabouço teórico do autor, de forma que uma apropriação cada vez mais seletiva de seu texto vai sendo feita ao longo do tempo.

Isso significa que comentários sobre os temas diretamente associáveis com objetos contemporâneos, como o livre-comércio, divisão do trabalho e produtividade prevalecem, mas temas menos “econômicos” (à luz das visões contemporâneas) são

deixados de lado. Ocorre que muito do que Smith escreveu pode não ter relação direta com o modo contemporâneo de conceber a economia ou, mais especificamente, as motivações dos agentes econômicos, , como o tema dos sentimentos morais.

Ou seja, se o que Smith diz sobre o livre comércio está em conformidade com a teoria liberal, caracterizá-lo como tal é trivial, principalmente se tudo o mais que ele escreveu sobre economia moral que não tem ressonância nos textos modernos for rejeitado como não-científico.

Portanto, esse processo de apropriação seletiva foi sendo sedimentado ao longo do tempo, o que levou comentadores de Smith como Tribe (1999) e Winch (1978) a caracterizar o resultado desse tipo de interpretação sobre a obra de Smith como a “visão convencional de Smith”. Assim, quando nos referirmos à “visão convencional” estaremos nos referindo a essa concepção de Smith como um profeta do capitalismo de mercado e precursor da ortodoxia econômica contemporânea.

Estamos nos referindo também, no caso particular de Smith, às interpretações de seus textos que ficam limitadas a leitura de sua obra econômica, isto é, daquelas partes da *Riqueza das Nações* que coadunam com o que hoje em dia se considera uma tema ou abordagem de economia. Finalmente, essas interpretações coincidem em boa medida (mas não necessariamente) com aquelas que identificam o pensamento de Smith a um liberalismo econômico absoluto, sem qualquer qualificação.

Essa leitura mais convencional de Smith apoia-se na descontextualização de sua obra. Contudo, trabalhos mais recentes têm mudado essa forma de olhar para a obra de Smith. O marco temporal dessa viragem pode ser apontado como sendo a publicação da “Edição Glasgow das Obras e da Correspondência de Adam Smith”, apresentada na próxima seção.

2.7 A Edição Glasgow e as novas leituras de Smith

O ano de 1976 foi marcado pela comemoração do bicentenário da primeira edição da *Riqueza das Nações*. Naquele ano, a Universidade de Glasgow em conjunto com a Oxford University Press deram início à edição da “The Glasgow Edition of the

Works and Correspondence of Adam Smith”, contemplando a publicação da obra completa de Smith, tanto os escritos publicados em vida quanto aqueles descobertos postumamente. A coleção reúne, além da *Riqueza das Nações* e da *Teoria dos Sentimentos Morais*, as “Lectures on Rethoric and Belles Lettres”, as “Lectures on Jurisprudence”, os “Essays on Philosophical Subjects”, manuscritos inéditos e fragmentos escritos, e a correspondência de Smith e ainda foi acompanhada de uma biografia, “Life of Adam Smith” escrita por I. S. Ross e com uma coletânea de ensaios sobre Smith “The Market and the State: Essays in Honor of Adam Smith” editado por T. Wilson e A. S. Skinner.

Isso proporcionou aos pesquisadores uma melhor possibilidade de ter uma visão geral de toda obra do pensador escocês. Não por acaso, sua publicação fez com que o volume de comentários em livro ou artigos acadêmicos sobre Adam Smith aumentasse nas décadas seguintes (TRIBE, 1999, p.609).

Ou seja, essa publicação gerou a possibilidade de novas leituras, pois deu uma nova base para pesquisa acadêmica sobre Smith que permitiu inclusive “resolver” o “Das Adam Smith Problem”, passando a haver um entendimento entre os intérpretes de que se tratava de um pseudo-problema baseado na ignorância sobre o conjunto dos textos de Smith e no desentendimento de alguns de seus principais conceitos (MONTES, 2003).

Por causa desse material, surgiram artigos, livros, biografias entre outras produções que marcaram um ponto de inflexão na compreensão da obra de Smith. As duas obras de Smith, a *Riqueza das Nações* e a *Teoria dos Sentimentos Morais*, passaram a ser enxergadas como parte de um todo integrado, buscando-se revelar a existência da conexões entre os elementos presentes nesses dois livros.

Ou seja, a Edição Glasgow representou um marco divisório na história das formas de ler e interpretar Smith. E muitos intérpretes desde então se esforçaram para entender e compreender o sistema smithiano sob uma perspectiva de continuidade entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e a *Riqueza das Nações*. Boa parte desses intérpretes (historiadores, filósofos, economistas etc) não compartilha, por exemplo, da ideia de Smith como um “profeta do triunfo capitalista” (TRIBE, 1999, p. 610).

Essa “nova safra” de intérpretes tenta entender Smith à luz de seu contexto histórico (CERQUEIRA, 2005, p. 191), como um pensador preocupado não somente

em explicar os mecanismos de mercado, mas também o papel dos sentimentos morais no crescimento da riqueza nas nações.

Segundo Cerqueira (2005), existem quatro grandes posições entre os representantes das novas leituras acerca da posição teórica de Smith. A primeira o enxerga como um de um economista liberal, um verdadeiro advogado da economia de mercado. Segundo essa leitura não haveria um dilema moral em sua obra porque para Smith a ordem econômica se sobreporia aos problemas morais. Alguns intérpretes que se albergam nessa linha de interpretação são Meek (1973), Cropsey (1957) ou Minowitz (1993).

A segunda abordagem apresenta Smith como um economista moral, ou seja, um pensador que acredita que os interesses individuais devem ser conjugados com valores como justiça, benevolência, honestidade etc. Nessa vertente, entre outros, incluem-se Rosenberg (1990) e Evensky (1992).

A terceira, em que estão presentes Winch (1978, 1983, 1996), Haakonssen (1981, 1996) e Muller (1995), apresenta Smith como um filósofo moral, mas que estava atento aos problemas da sociedade comercial de seu tempo.

A quarta aponta as contradições presentes no pensamento smithiano. Ela ressalta que, de um lado, Smith via as vantagens da divisão do trabalho, mas também destaca sua repercussão negativa sobre a moralidade dos trabalhadores, que exercem um trabalho repetitivo (WEST, 1996). Outros autores chamarão essa ambiguidade de “tensão produtiva”, ao invés de considerá-la uma fraqueza de argumentação.

Há, finalmente, uma quinta vertente de interpretação, segundo Cerqueira (2005), que acredita que a interpretação dos textos econômicos de Smith deve ocorrer de forma independente dos seus textos filosóficos, e que corresponde a maneira habitual de interpretar seus textos. Ou seja, os textos não-econômicos seriam, para esses intérpretes, irrelevantes para a compreensão dos textos econômicos (BLAUG, 1985 e HOLLANDER, 1973). Um expoente dessa interpretação é (STIGLER 1981).

O elo que une as quatro primeiras abordagens é o fato de tentarem entender sua obra a partir do contexto intelectual onde emergiu, apesar da divergência com que enxergam o papel que Smith deu a ética em sua visão sobre a economia. Elas têm contribuído para o surgimento de uma nova imagem de Smith. Ele passou ser visto não apenas como um teórico do mecanismo de mercado, mas também como um filósofo

com teorias sobre a maneira como a sociabilidade e o autointeresse podem combinar-se para tornar a sociedade comercial mais próspera e virtuosa (TRIBE, 1999).

De fato, esse tipo de interpretação da obra de Smith, é a mais adequada se tivermos como meta compreender a intenção de Smith e o sentido dos conceitos empregados por ele, além de abarcar todas as facetas de sua obra que foram negligenciadas pelas leituras mais convencionais (CERQUEIRA, 2005, p. 190).

Desse modo, novos aspectos da obra de Smith passaram a ser considerados, aspectos que até então eram negligenciados pelas leituras convencionais.

Desde a década de 1970 vem ocorrendo um reavivamento da discussão sobre obra de Smith que, também contribuíram para trazer à tona a discussão sobre a relação entre a ética e a economia.

Entre os mais profícuos comentadores dessa nova leva citam-se Keith Tribe, Vivienne Brown, Jerry Evensky, Leonidas Montes, Vivian Walsh, Patricia Werhane e David Winch. Todos esses autores concordam em dizer que Smith deve ser mais lido nos dias de hoje e que sua obra é muito maior do que a *Riqueza das Nações*.

Um autor que também vem escrevendo sobre as relações sobre ética e economia é Amartya Sen, que tem destacado que o distanciamento entre economia e ética, além de prejudicar a compreensão da economia pelos economistas, afetou negativamente a forma como Adam Smith foi lido. No próximo capítulo, focaremos a discussão em textos de Sen, com a finalidade de entender qual leitura ele faz de Smith e quais elementos essa leitura tem que a faz ser qualificada como parte de uma nova safra de interpretações.

3 A LEITURA DE SEN

O interesse de Sen pela economia do bem-estar social teve início durante seu período de estudos na Delhi School of Economics (1963-1971) (BASU, 1998, p. 43 apud EIFFE, 2010). Contudo, foi apenas no final dos anos 1970 que ele passou a escrever de forma mais sistemática sobre a teoria do bem-estar. Desde os seus primeiros artigos ele tentou estabelecer novos pressupostos para a teoria da racionalidade. Sen acredita que a economia não deve ser uma ciência hermética e desconectada do mundo, mas, antes de tudo, deve ser uma ciência que melhore as condições de vida para favorecer a realização de sonhos pessoais. Para ele, na medida do possível, os modelos deveriam levar em consideração a estrutura motivacional humana (EIFFE, 2010).

Sen acredita que, para captar a complexidade do comportamento humano, os formuladores de teorias devem ter em mente que diferentes necessidades não podem ser tratadas teoricamente da forma padrão utilitarista. Ele propõe um arcabouço teórico para dar conta da complexidade do comportamento humano inspirado nos economistas clássicos, sobretudo em Smith.

A forma como ele irá propor essa nova caracterização do comportamento humano é demonstrando que a natureza humana é mais complexa do que aquela normalmente concebida pelos formuladores de teorias econômicas convencionais. Sen, desde então vem se mostrando um crítico desses teóricos. Ele passou a se interessar mais por Smith quando percebeu que o escopo da economia estava demasiadamente reduzido. Ou seja, desde que passou a escrever sobre a teoria do bem-estar ele se mostrou crítico da teoria convencional e, em sua crítica, ele irá se inspirar em Adam Smith, justamente pela forma como Smith caracterizou o comportamento humano.

O objetivo desse capítulo é falar sobre a leitura que Amartya Sen faz da obra de Adam Smith.

Pode-se afirmar de saída que os textos de Sen versam tanto sobre a obra moral quanto sobre a obra econômica de Smith. Desse modo, ele se inclui naquela corrente de intérpretes de Smith que leram sua obra de um ponto de vista mais amplo, tentando dar conta de modo integrado das teorizações filosóficas e daquelas que versam sobre o mecanismo de funcionamento do mercado.

Além disso, Sen busca sempre em seus textos destacar as facetas de Adam Smith que não recebem muitos comentários do *mainstream economics*. Sua principal preocupação é desconstruir a fama que se criou em relação à imagem de Smith como um campeão do autointeresse. Paralelamente,

His objective is to criticize mainstream welfare economics and its narrow model of human behavior by contrasting it with what he considers to be the real Adam Smith. (EIFFE, 2010, p.1)

Sen é um economista normativo. Para ele a ciência não deve se deter apenas em explicar o abstrato mecanismo da economia de mercado. Deve ir além e propor melhores arranjos sociais e econômicos. Ao sugerir uma abordagem mais ampla dos problemas, ele se aproxima da visão dos economistas clássicos, inclusive de Smith.

Sen counters this view by showing that Smith's concept of human nature is much more complex. Smithian presuppositions appear particularly frequently in Sen's capability approach and his general view of human behavior. He believes that both self-interest and sympathy must be taken into account in order to understand better the 'relation between economic success and moral sentiments', which 'is indeed a crucially important practical matter across the world' (SEN 1994, P. 10).

Na década de 1970, Sen se voltou para o estudo da racionalidade e dos pressupostos da motivação humana na teoria econômica e, desde então, advoga uma leitura mais ampla da obra do economista escocês, sobretudo se opondo a interpretação dada pelos economistas neoclássicos:

Sen's more explicit references to Adam Smith occurred when he engaged in problems of rationality and assumptions of human motivation in economic theory and when he began advocating closer contact between ethics and economics (1986, 1987). (EIFFE, 2010, p.8)

Nos textos de Sen em que o tema é Adam Smith ou naqueles textos em que Sen cita-o, alguns tópicos aparecem com maior prevalência: o conceito de autointeresse (ilustrado pela passagem do açougueiro), o conceito de prudência, as diversas motivações para as ações e o papel da simpatia.

A *Teoria dos Sentimentos Morais* sempre é citada, principalmente quando Sen mostra-se preocupado com a forma de se fazer teoria econômica nos dias de hoje. Segundo ele, a interpretação usual e corriqueira da obra de Smith está errada, está reduzida a consideração de algumas poucas passagens, e, tomando de forma bastante seletiva aquilo que Smith escreveu, dá a impressão de que sua teoria dá respaldo para as correntes mais exaltadas do liberalismo.

Nesse sentido, Sen preocupa-se em explicar o conceito de *self-love*, empregado por Adam Smith, que muitos intérpretes atualmente igualam ao autointeresse. Ele tenta distinguir esse conceito de outros sentimentos morais, relaciona-o com a teoria da racionalidade e critica a interpretação que normalmente se faz da relação entre a racionalidade e o autointeresse.

Sen explica o papel dos sentimentos morais no arcabouço teórico smithiano, mostrando como o conceito de prudência se diferencia dos de simpatia e de generosidade. Ele explica também o papel das regras de conduta para a sociabilidade.

Finalmente, mostraremos como Sen leu o conceito de divisão do trabalho, qual a sua interpretação da teoria de livre comércio e da metáfora da mão invisível, além da célebre passagem em que Smith se refere ao interesse do padeiro e do açougueiro.

3.1 A leitura da obra moral

Para entendermos a interpretação que Sen faz do pensamento de Adam Smith, devemos em primeiro lugar observar sua leitura da *Teoria dos Sentimentos Morais* e dos conceitos morais smithianos. Com base neles, Sen irá desenvolver os elementos que gostaria de ver na caracterização do comportamento racional. Basicamente, ele sugere que sejam adicionados a prudência e o compromisso na caracterização do que é uma escolha racional.

Ele irá fazer essa proposta em um famoso artigo publicado em 1977 com o título de “Rational Fool’s: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory”. Nele, Sen critica Edgeworth por ter afirmado que “the first principle of economics is that every agent is actuated only by self-interest” (SEN, 1977, p. 317). Para Sen, essa visão do comportamento humano influenciou a formulação de teorias e modelos econômicos ao longo do século XX e apresenta uma série de problemas e

limitações. Essa crítica à caracterização da escolha racional irá pautar toda a sua obra. Nesse texto em particular ele ainda não está fazendo referência aos conceitos morais de Smith. Ele está apenas se mostrando contra o postulado da racionalidade adotado pelos economistas neoclássicos. Seu argumento é o de que não há evidências empíricas, tampouco é realista supor que alguém se comporte apenas de forma autointeressada. Ao contrário, é possível supor que, além do autointeresse, também haja outras motivações para as escolhas humanas: o processo de escolha respeita um complexo *modus operandi* de decisão, fruto da natureza complexa das estruturas cerebrais.

A crítica de Sen aqui é no sentido de que esses conceitos de Edgeworth estavam muito calcados no utilitarismo e no princípio do autointeresse. Sen advoga que o comportamento humano leva em conta outros fatores. Nesse texto, ele irá sugerir dois conceitos afetos à filosofia moral como relevantes para a compreensão das escolhas e comportamentos racionais: a simpatia e o compromisso.

O autor irá expor os conceitos de “simpatia” e “compromisso”:

(i) sympathy and (ii) commitment. The former corresponds to the case in which the concern for others directly affects one's own welfare. If the knowledge of torture of others makes you sick, it is a case of sympathy; if it does not make you feel personally worse off, but you think it is wrong and you are ready to do something to stop it, it is a case of commitment. I do not wish to claim that the words chosen have any very great merit, but the distinction is, I think, important. It can be argued that behavior based on sympathy is in an important sense egoistic, for one is oneself pleased at others' pleasure and pained at others' pain, and the pursuit of one's own utility may thus be helped by sympathetic action. It is action based on commitment rather than sympathy which would be non-egoistic in this sense. (Note, however, that the existence of sympathy does not imply that the action helpful to others must be based on sympathy in the sense that the action would not take place had one got less or no comfort from others' welfare. This question of causation is to be taken up presently.) Sympathy is, in some ways, an easier concept to analyze than commitment. When a person's sense of well-being is psychologically dependent on someone else's welfare, it is a case of sympathy; other things given, the awareness of the increase in the welfare of the other person then makes this person directly better off. (Of course, when the influence is negative, the relation is better named "antipathy," but we can economize on terminology and stick to the term "sympathy," just noting that the relation can be positive or negative.) While sympathy relates similar things to each other—namely, welfares of different persons—commitment relates choice to anticipated levels of welfare. One way of defining commitment is in terms of a person choosing an act that he believes will yield a lower level of personal welfare to him than an alternative that is also available to him. Notice that the comparison is between anticipated welfare levels, and therefore this definition of commitment

excludes acts that go against self-interest resulting purely from a failure to foresee consequences (SEN, 1977, p. 327-28).

Simpatia aqui está sendo tratado em seu sentido convencional de importar-se com o outro (e não tem, portanto, o mesmo sentido do conceito empregado por Smith). O compromisso, por sua vez, é um sentimento que não afeta ou não muda a escolha do agente. Este decide agir um prol de uma causa não porque simpatiza com ela, mas porque apenas deseja ver aquela questão resolvida. O compromisso, que é um conceito que tomado da ética, deveria ser considerado na caracterização da escolha racional. Este conceito é aquele que leva uma pessoa a ir votar em dias de eleição, mesmo sabendo que seu voto não irá mudar a situação daquele pleito, ou que adota medidas de economia de água e energia, mesmo sabendo que sua ação é negligenciável no resultado geral.

Novamente, é necessário frisar que quando Sen define simpatia nesse texto ele não faz referência a Smith e o conceito de compromisso não aparece na obra do economista escocês. Ao que tudo indica, nesse texto Sen ainda não havia retomado a obra de Smith, ou então a sua interpretação da mesma ainda passaria por mudanças. Mas, a importância desse texto é no sentido de mostrar de onde surge o interesse de Sen pelos conceitos morais smithianos, a saber, de sua profunda insatisfação com a caracterização convencional da escolha racional.

Continuando a questionar os postulados básicos da economia, Sen (1985) questiona qual seria a caracterização moral do mercado. Para ele, o mercado nos provê tanto benefícios práticos quanto morais. Ou seja, se por um lado o mercado é bom porque eleva o PIB da economia e aumenta a quantidade de trocas (aqui ele cita a mão invisível de Smith que leva o homem a promover um fim o qual não era sua intenção) também gera liberdade de escolha para agir. O argumento de Sen neste texto é o de que a moralidade do mercado estaria assentada na liberdade que o mercado gera: no mercado as pessoas são livres para escolher.

Sen (1986) é o primeiro artigo desse autor em que a obra de Smith é o tema central. Nesse texto, intitulado “Adam Smith’s Prudence”, Sen dá sua contribuição em relação a compreensão do conceito de prudência na obra de Smith. Ele reconhece que não é nenhum especialista no assunto e explica sua motivação para escrever o texto pela forma como Stigler (1981) define o termo prudência, tratando-a como um

sinônimo de autointeresse. Nesse texto, ele faz referência tanto à *Teoria dos Sentimentos Morais* quanto à *Riqueza das Nações*, referindo-se à primeira obra como um tratado mais amplo, e à segunda, como um trabalho mais complexo. Sen vai então discutir a centralidade da prudência no sistema smithiano, argumentando que “self-interest and self-love form a substantially narrower motivation than prudence” (SEN, 1986, p. 31). Como será discutido mais à frente, na prudência pode conter o *self-love* (amor-próprio) ou o *self-interest* (autointeresse), contudo ela tem um significado mais amplo. Ou seja, para Smith a prudência não é autointeresse. O sistema smithiano era plural e não considerava a busca pelo autointeresse melhor para a sociabilidade do que outras motivações.

De forma provocativa, Sen contesta os economistas e *policy makers* que identificaram a obra de Smith com a ideia de estado-mínimo e que fazem alusões à sua obra a propósito de temas que ele pouco ou nada comentou, como teoria monetária, câmbio e estado empresário.

The taking of Adam Smith’s name in defense of policies on which Adam Smith had said little has been one unchanging features of the economic politics of the two hundred years since the *Wealth of Nations* (SEN, 1986, p. 29).

As motivações de Sen aqui são duas: por um lado, trata-se de um assunto de certa relevância nos debates econômicos e que ainda não foi bem avaliado e, por outro, é de algum interesse do ponto de vista da história do pensamento econômico, principalmente por remeter ao “Das Adam Smith Problem”.

Sen caracteriza o sistema smithiano como plural, tendo a simpatia como a sua base e, nesses termos, estando em contraste com o utilitarismo de Hume (SEN, 1986, p.29-30).

According to this [Hume’s] System therefore, virtue consists not in any affection, but in the proper degree of all affections. The only difference between it and that which I have been endeavoring to establish, is, that it makes utility, and not sympathy, or the correspondent affection of the spectator, the natural and original measure of this proper degree” (TMS VII.ii.3.21apud SEN, 1986 p. 30)

Nota-se que o tema da utilidade é central em microeconomia, em particular no que diz respeito à formação das preferências, assunto que Sen discutiu extensivamente. Sen diz que Smith era crítico às tentativas de reduzir todas as virtudes a uma única: ele, por exemplo, criticou Epicuro por tentar reduzir todas as virtudes à prudência. Ou seja, nenhum conjunto de virtudes é redutível em uma única. Sen argumenta que cada virtude (prudência, humanidade, generosidade, espírito público etc.) presente na *Teoria dos Sentimentos Morais* possui uma importância própria. Ele argumenta ainda que Smith nega que a utilidade seja a base da virtude, mas a simpatia é que deve ser a base para a definição da natureza virtuosa ou viciosa de cada ação. Portanto, está equivocado quem procurar julgar o comportamento apenas com base numa motivação, a saber, o autointeresse ou a busca da maximização da utilidade pessoal. Essa opinião está alinhada aos textos que Sen vinha escrevendo desde a década de 1970, em que critica os postulados da teoria da racionalidade. Para ele, Smith oferece uma nova abordagem sobre a relevância da simpatia em uma variedade ampla de julgamentos.

He shows the importance of sympathizing with the motive of the agent, and the relevance of sympathizing with the beneficiary's gratitude well as with the agent's benevolence. He also provides a brilliant account of what it is like to place oneself in the position of another (SEN, 1986, p. 31).

Além disso, discute elementos que vão além do autointeresse. O comportamento econômico para Smith não é restrito a apenas uma motivação: apesar da simpatia ser a base dos sentimentos morais, pois é através dela que podemos regular os nossos sentimentos, existe uma pluralidade de motivações para as ações humanas, tal como a prudência que é discutida em seguida.

Conforme Sen irá discutir na seção “prudence and common motivation”, a prudência não é sinônimo da busca pelo autointeresse. Para Smith, conforme Cerqueira (2005), a prudência é resultado da conjunção de três fatores: da razão, do entendimento e do autodomínio (*self-command*). A razão e o entendimento permitem ponderar efeitos remotos das ações presentes, ou seja para ser prudente é necessário ser sábio, pensar, ser sapiente. Já o autodomínio é um contrapeso ao amor-próprio (*self-love*), funcionando como uma influência moderadora dessa paixão. Para ser prudente não basta a sabedoria para analisar causas e efeitos das ações. Também é necessário ter o

autodomínio para que um sentimento, ou um prazer não se torne uma paixão desmedida. Ser prudente significa usar a racionalidade e não exagerar no amor-próprio.

O que Sen quer dizer é que na prudência existe *self-love* ou *self-interest*, contudo aquela é uma motivação muito mais ampla do que essa paixão. Além disso, é equivocado dizer que o agente se guia apenas por uma motivação. Existem outras razões para agir, como a benevolência, a humanidade, o espírito público etc, que costumam estar presentes mesmo nos corações dos mais egoístas.

Ou seja, Sen está buscando na obra moral e econômica de Smith elementos para propor novas bases para a teoria da escolha racional. Portanto, uma leitura mais abrangente da obra de Smith lhe deu elementos para propor contribuições inovadoras à teoria econômica moderna.

Noutro texto, o livro “Sobre ética e economia”, Sen debate o distanciamento entre as disciplinas da ética e da economia, cujo corolário é a crítica à teoria da racionalidade contemporânea, concebida, na visão de Sen, de maneira muito restrita. A argumentação irá seguir a mesma linha, qual seja, de que os agentes têm diferentes razões e motivações para agir, e não apenas o autointeresse. Particularmente, Sen irá se referir às demandas da concepção neoclássica da racionalidade, que costuma ser caracterizada sob dois pontos de vista: o da consistência interna das escolhas e o da maximização do autointeresse. Para ele, pode até ser correto dizer que a ação guiada pelo autointeresse é racional, porém nem toda ação racional é guiada pelo autointeresse. Se uma pessoa não se comportar seguindo estritamente os imperativos da maximização do seu interesse pessoal, mas levar em conta aspectos externos como o seu sentimento em relação ao próximo, ela não será considerada racional sob a definição empregada. Nas palavras de Sen:

(...) a própria ideia de consistência puramente interna não é convincente, pois o que consideramos coerente em um conjunto de escolhas observadas deve depender da interpretação dessas escolhas e de algumas características externas à escolha propriamente dita (por exemplo, a natureza de nossas preferências, objetivos, valores, motivações). Independentemente de essa concepção ‘externa’, que a meu ver é correta, ser ou não aceita, com certeza é bizarro julgar que a consistência interna - não importa como ela seja definida - poderia ser em si mesma suficiente para garantir a racionalidade de uma pessoa (SEN, 1987, p. 30, grifo do autor).

Essa forma de caracterizar a racionalidade em termos tão estreitos está relacionada, na visão de Sen, a “rejeição da motivação relacionada à ética” (SEN, 1987, p. 31). Mas, o que seria essa motivação “relacionada à ética”? É o pressuposto de que a ação humana leva em conta os sentimentos morais. Aqui não se nega que as pessoas racionais possam maximizar seu autointeresse, apenas está sendo dito que é incorreto “afirmar que a racionalidade deve invariavelmente requerer a maximização do autointeresse”. Ou ainda, “tentar fazer todo o possível para obter o que gostaríamos pode ser parte da racionalidade, e isso pode incluir o empenho por objetivos desvinculados do auto interesse, os quais podemos valorizar e desejar promover” (SEN, 1987, p. 31).

Ao propor novas bases para a teoria da racionalidade, Sen irá investigar o que levou os economistas a assentarem sua ciência sobre pressupostos tão estreitos e, de fato, o corolário desse livro é a crítica à teoria da escolha racional, concebida, na visão de Sen, de forma muito restrita: os agentes devem ter uma pluralidade de motivações, a exemplo do que escreveu Smith ao analisar os sentimentos morais, e nesse sentido, valorações éticas precisam fazer parte da compreensão da racionalidade, não apenas o autointeresse.

Mas, dado o rumo que a teoria econômica seguiu, tal tarefa se mostra gigantesca, pois ao longo dos últimos anos valorações éticas perderam o lugar na concepção das teorias econômicas e o jeito positivo de se fazer ciência preponderou. Por isso, Sen lança luz sobre essa questão e investiga a relação entre ética e economia, mostrando como um diálogo entre as duas disciplinas pode trazer benefícios mútuos: como a economia pode ganhar com a compreensão dos fundamentos éticos das escolhas humanas e como a ética pode ganhar com a compreensão da análise econômica, a exemplo do que Smith fez em suas obras.

A visão, portanto, de Sen sobre a racionalidade consiste em levar em consideração o fato de que ela não requer apenas a avaliação de nossos objetivos, mas também de nossos valores que muitas vezes não estão ligados diretamente a esses objetivos.

Rationality thus not only requires an evaluation of our objectives but also of our values, which are not directly linked to these objectives, in order to withstand accurate examination and assessment. Moral conviction may also

lead to self-imposed restrictions (Sen 2002b, p. 42), indicating a contradiction with instrumental rationality. Smith explicitly made this point, as he considered moral sentiments and ethical considerations to be important drivers of motivation. According to Smith, choices of action are very much influenced by what we morally approve of and how we are exposed to public opinion (WITZUM 2005, P. 1027 APUD EIFFE 2010).

Na economia convencional contemporânea, o emprego do conceito de utilidade para ordenar as escolhas se mostra instrumental, pois dessa forma é possível relacionar a utilidade a uma função que pode ser maximizada. E quanto maior a utilidade, assume-se que maior é o grau de felicidade.

Essa relação é utilizada com frequência em economia do bem-estar para determinar o benefício social de determinado projeto. Quanto maior a utilidade, maior será a satisfação de desejo e, portanto, maior a felicidade auferida. Mas, essa relação expressa um equívoco, porque existem limitações em “julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela métrica da felicidade ou satisfação de desejos.” (SEN, 1987, p. 61)

Identificar utilidade com a satisfação de desejos também é equivocado porque existem circunstâncias contingentes que de fato afetam a métrica da utilidade. O conceito de bem-estar de alguém que viveu sob intensa privação é, por exemplo, diferente daquele que vive em abundância. Portanto, a percepção de utilidade será diferente. Por isso, Sen diz que quando valoramos eticamente o comportamento das pessoas, a abordagem da utilidade mostra-se insuficiente e irá de fato propor uma nova abordagem, a saber, a abordagem das capacidades (capability approach), melhor explicada na seção seguinte.

Voltando ao ponto da racionalidade. Um dos pressupostos da teoria do consumidor é que “ele maximiza sua própria utilidade a qual depende de seu próprio consumo e determina todas as suas escolhas” (SEN, 1987, p. 96), mas experimentos têm mostrado que nem sempre o comportamento autointeressado está presente nas escolhas. Sen cita, por exemplo, o “dilema dos prisioneiros”, cuja estratégia dominante é a não cooperação: na vida real alguns afastamentos em relação a esse resultado têm aparecido.

A literatura tenta explicar esse desvio entre a realidade e a teoria com “a introdução de algum ‘defeito’, seja no conhecimento, seja no raciocínio dos jogadores.” (SEN, 1987, p. 100). Contudo, Sen argumenta que talvez não haja nenhum desvio, porque “é possível que as pessoas compreendam claramente seus objetivos, desejem maximizá-los, mas ainda assim levem em consideração os objetivos de outras pessoas, porque reconhecem a natureza de interdependência mútua das realizações de diferentes pessoas nessas situações” (SEN, 1987, p. 101).

Ou seja, por que as pessoas cooperam em jogos experimentais do dilema dos prisioneiros sendo que a estratégia mais racional de fato é não cooperar?

Sen vai buscar uma resposta em Smith dizendo que “Smith salientara a importância instrumental das ‘regras de conduta’” (SEN, 1987, p. 104). A alusão aqui é ao fato de que pessoas possam de fato estar preocupadas tanto com o autointeresse quanto com o reconhecimento de “interdependência mútua das realizações de diferentes pessoas nessas situações”, porque “essas regras de comportamento não necessariamente possuem um valor intrínseco, mas são de enorme importância instrumental na promoção dos respectivos objetivos dos membros desse grupo (SEN, 1987, p. 101).

De forma geral, portanto, a leitura que Sen faz da obra moral de Smith está muito ligada a sua compreensão do que seria a teoria da racionalidade. Como Sen acredita e advoga que a teoria neoclássica da racionalidade não dá conta de explicar a complexidade do comportamento humano é, através da leitura de Smith que ele fundamenta sua crítica e avança elementos de uma abordagem alternativa.

[...] in the Smithian perspective, rationality does not consist of falling into line with any pre-selected motivation, such as self-interest maximization which is often defined as rational behavior in parts of modern economics [...]. Rather, rationality is seen as reasoned reflection on the nature of the processes involved and the consequences generated in the light of valuations one has reason to accept. Rationality is an exercise of reasoning, valuation, and choice [...] (ROTHSCHILD E SEN, 2006, P. 358).

Sen voltaria a abordar esses temas em outros textos posteriores, como Sen, (1994a), que volta a abordar os conceitos de “prudência”, “simpatia”, “generosidade” e “espírito público” e Sen (1995, 1997, 2005) que retomam a discussão sobre a racionalidade. Sen (2010) faz uma análise geral da *Teoria dos Sentimentos Morais* em

uma introdução a uma nova edição dessa obra de Smith, que serve de resumo para sua leitura feita por Sen tanto da “obra moral” quanto da “obra econômica” de Smith.

3.2 A Leitura da obra econômica

A leitura da obra econômica de Smith feita por Sen ficou concentrada no esforço de explicar o que Smith quis dizer por autointeresse. A primeira referência que se identificou apareceu em Sen (1983), que trata do conceito de necessidades presente na *Riqueza das Nações*. O exemplo que Smith usou para explicar esse conceito é uma digressão sobre como as necessidades variam entre as sociedades. Na Inglaterra, ele afirma, qualquer pessoa de ambos os sexos se sentiria envergonhada de aparecer em público sem sapatos de couro. Ou seja, para que uma pessoa não passe vergonha, é necessário que ela satisfaça determinadas condições básicas ou mínimas de vida que prevalecem em sua sociedade. No exemplo, usar sapatos de couro é uma convenção que, se não for satisfeita, deixa a pessoa em condições inferiores às que são consideradas próprias ou indispensáveis ao padrão de vida daquela sociedade.

The point was very well caught by Adam Smith when he was discussing the concept of necessities in *The Wealth of Nations*: “By necessities I understand not only the commodities which are indispensably necessary for the support of life, but whatever the custom of the country renders it indecent for creditable people, even the lowest order, to be without (...). Custom has rendered leather shoes a necessary of life in England. The poorest creditable person of either sex would be ashamed to appear in public without them (SEN, 1983, p. 159).

Tomando por base o exemplo de Smith, Sen irá formular sua teoria das capacidades. Para Sen, o padrão de vida (*standard of living*) de uma pessoa está relacionado à capacidade que aquela pessoa tem de satisfazer as necessidades de determinada sociedade. Esse tema volta a aparecer em Sen e Hawthorn (1988) em que o autor diz:

The well-being of a person can be seen as an evaluation of the functioning achieved by that person. This approach has been implicitly used by Adam Smith (1776) and Karl Marx in particular. 10. As Adam Smith has noted, the ability to appear in public without shame may require different extents of affluence in clating in differenc societies (SEN E HAWTHORN, 1988, P 287).

Sen (1988), nessa mesma linha de raciocínio, investiga o que determina o padrão de vida de uma sociedade e compara Smith a Marx dizendo que ‘the main point here is that the standard of living is really a matter of functionings and capabilities, and not a matter of opulence, commodities, or utility’.

Ele está dizendo que se olharmos atentamente a obra econômica de Smith, compreenderemos que este autor concebe a riqueza como a capacidade de realizar funcionamentos⁴:

This approach goes back not only to Marx, but also to Adam Smith. In fact, despite the frequent claim that Adam Smith was mainly concerned with “wealth maximization,” there is much evidence that he was deeply concerned with avoiding concentration on commodities (and wealth) as such, and keen on escaping the fetishism of which Marx spoke later. In fact, Adam Smith went well beyond the standard characterizations of living conditions and considered such functionings as not being “ashamed to appear in public,” and analyzed how the commodity requirements for this achievement - clothing, shoes, etc. - varied with social customs and cultural norms. These customs and norms are, in their turn, influenced by the economic conditions of the respective societies. In analyzing these relationships, Adam Smith not only distanced his own approach from commodity fetishism and wealth maximization, he also showed the social nature of these relationships between commodities (and opulence), on the one hand, and capabilities (and achievements of living conditions), on the other. The same capability of being able to appear in public without shame has variable demands on commodities and wealth, depending on the nature of the society in which one lives. (SEN, 1988, p. 23).

Discutindo sobre capital humano e capacidade humana, Sen retoma as passagens da *Teoria dos Sentimentos Morais* e da *Riqueza das Nações* em que Smith aborda o papel da educação na divisão do trabalho, falando que de fato a educação contribui para a capacidade humana.

⁴ Funcionamentos segundo a definição de Sen são necessidades básicas para alguém viver a vida de forma razoável. Isso significa ser saudável, ter um emprego, estar bem nutrido.

O livro “Desenvolvimento como Liberdade”, entre outros temas, diz que a liberdade é crucial para o desenvolvimento. A visão de Sen sobre o papel da educação para o progresso não está restrita à visão do capital humano. Se o capital humano é um fator para elevar a capacidade produtiva de determinada economia, a educação é uma ferramenta para gerar esse capital humano. Sen argumenta que a educação não deve servir apenas para elevar a produtividade, mas também para contribuir para se viver uma vida que valha a pena ser vivida.

A perspectiva da capacidade envolve, em certa medida, um retorno a abordagem integrada do desenvolvimento econômico e social defendido particularmente por Adam Smith (tanto em a riqueza das nações como em Teoria dos Sentimentos Morais). Ao analisar a determinação das possibilidades de produção, Smith ressaltou o papel da educação e da divisão do trabalho, bem como do aprendizado na prática e da aquisição de especialização. Mas, o desenvolvimento da capacidade humana para levar uma vida que vale a pena (e para ser uma pessoa mais produtiva) é essencial na análise smithiana da Riqueza das Nações (SEN, 2000, p. 333)

Com isso, quer-se dizer que a abordagem do capital humano é importante, mas ela não deve verter seu foco apenas para o aspecto da produtividade. Na visão de Sen a abordagem do capital humano é insuficiente porque “os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo”. (SEN, 2000, p. 334)

Nesse sentido, ele recorda a passagem em que Smith discute se é correto julgar alguém apenas por sua utilidade:

(...) parece impossível que a aprovação da virtude deva ser do mesmo tipo daquela que aprovamos uma edificação conveniente ou bem planejada, ou que deveríamos ter outra razão para louvar um homem além daquela pela qual elogiamos uma cômoda. (SEN, 2000, p. 335)

Ou seja, valendo-se mais uma vez de Smith, Sen procura mostrar que, apesar do conceito de capital humano ser relevante, “é importante ver os seres humanos de uma perspectiva mais ampla”. Não se tenta negar a perspectiva do capital humano, mas ampliá-la.

Sen voltaria a comentar esse olhar peculiar de Smith sobre a determinação da riqueza no livro “Desenvolvimento como liberdade”. O objetivo desse livro é discutir porque a liberdade é importante no processo de desenvolvimento. Para Sen, a liberdade pode ser entendida como oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, viver em um ambiente democrático etc. Nesse contexto, falar em desenvolvimento é falar no processo de expansão dessas liberdades. Ele encara o desenvolvimento de uma perspectiva ampla e não meramente da perspectiva do crescimento da renda.

Sen caracteriza esse livro como sendo de inspiração smithiana, pois Smith discutiu o papel da liberdade de trocas para o crescimento das riquezas de uma nação: “como observou Adam Smith, a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 21). Mas, mesmo ao lembrar-se de Smith como defensor da liberdade de mercados, Sen deixa claro que o escocês não defendia a desregulamentação irrestrita dos mercados, principalmente por causa da presença dos “prodigals and projectors” ou “perdulários e empresários imprudentes”.

Nesse sentido, lembra Sen, Smith defendia o funcionamento dos mercados como um antídoto aos monopólios do século XVIII, que defendiam interesses particulares de pequenos grupos.

Adam Smith (...) se pôs a desmascarar suas defesas [dos monopólios] da tese dos benefícios sociais advindos da proibição concorrência. Smith procurou demonstrar que os interesses adquiridos tendem a vencer porque “conhecem melhor seus próprios interesses” e não porque conhecem o “interesse público.” (SEN, 2000, p. 241)

Contudo, se Smith defendia o mercado como uma válvula de escape às velhas forças, nem por isso era um defensor do mercado desregulamentado. Sen lembra que Smith se opunha à lei da usura, pois esta seria uma limitação irrealista, tolhendo o mercado de empréstimos de modo que, ao fim e ao cabo, somente seria possível tomar emprestado no “mercado negro”, ou seja, Smith apoiava um controle do Estado da taxa de juros, mas não apoiava a taxa contida na lei da usura porque ninguém aceitaria emprestar com taxas de juros tão baixas. Isso diminuiria o capital das instituições

bancárias e somente quem estaria disposto a aceitar grandes riscos aceitaria uma taxa de juros alta negociada no fora do mercado financeiro oficial. Nesse sentido, tal lei incentivaria a atuação dos “prodigals and projectors” no mercado financeiro, fato que poderia levar a perda de capitais da sociedade, pois a visão de investimento de tais empresários seria “perdulária e imprevidente”.

Nesse contexto, Sen cita a carta de Benthan a Smith, na qual este último tenta convencer o economista escocês das benesses do livre mercado, e menciona a defesa que Smith faz da intervenção no funcionamento desse mercado.

Na lógica intervencionista de Smith, o argumento básico é que os sinais de mercado podem ser enganosos, e as consequências do livre mercado podem ser um grande desperdício de capital, efeito do empenho privado em empreendimentos mal orientados ou míopes, ou do desperdício privado de recursos sociais. Jeremy Bentham criticou Smith em uma longa carta que lhe escreveu em março de 1787, defendendo a não-intervenção no mercado. Esse é um episódio notável na história do pensamento econômico, com o principal guru intervencionista utilitarista fazendo preleção para o guru pioneiro da economia de mercado sobre as virtudes da alocação de Mercado (SEN, 2000, p. 149–150)

Ou seja, a defesa da intervenção por Smith ia no sentido de excluir os “perdulários e os empresários imprudentes” do mercado porque quando seus negócios davam errado, os fundos disponíveis para empréstimos tendiam a se reduzir:

No tocante aos “perdulários”, Smith via neles um grande potencial para o desperdício social, já que eram motivados “pela paixão do desfrute presente”. Dessa maneira, “todo perdulário parece ser um inimigo público” quanto aos “empresários imprudentes” as preocupações relacionavam-se ao desperdício social:

‘os efeitos da conduta imprópria com frequência são iguais ao da prodigalidade. Todo empreendimento imprudente e malogrado na agricultura, mineração, pesca, comércio ou manufatura tende da mesma maneira a diminuir os fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo em cada um desses projetos (...) sempre há de ocorrer alguma diminuição do que de outro modo teria sido os fundos produtivos da sociedade.’ O que ele [Smith] está considerando é a possibilidade de perda social na busca do ganho privado, cuja motivação é restrita (SEN, 2000, P. 150).

A busca irrefreada do ganho privado pode levar a perdas sociais porque, quando estamos tratando de um empresário imprudente, suas ações mal calculadas diminuirão os recursos disponíveis para a sociedade.

Se no exemplo do açougueiro, cervejeiro e padeiro nos leva a atentar para o papel mutuamente benéfico do autointeresse, o argumento dos perdulários e empresários imprudentes mostra a possibilidade de que, em certas circunstâncias, as motivações do lucro privado podem realmente ser contrárias aos interesses sociais. (SEN, 2000, p. 150-151).

Portanto, a interpretação que Sen faz de Smith confere ao autointeresse um papel central, não somente porque é um conceito essencial para a explicação de como ele concebe a racionalidade, mas também porque a forma como esse conceito foi tradicionalmente interpretado o desagrada bastante. Sen insiste em combater aqueles que atribuem a Smith a defesa do egoísmo, apoiando-se para isso na famosa “passagem do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro”. De fato, nessa passagem Smith destaca o papel do autointeresse, afinal, afirma que para conseguir nosso jantar não invocamos a benevolência do padeiro ou do cervejeiro, mas apelamos ao seu próprio interesse.

No entanto, Sen argumenta que a leitura dessa passagem deve ser feita levando-se em conta o seu contexto, a parte da obra em que ela se situa. Em verdade, essa citação pertence ao primeiro capítulo da Riqueza das Nações no qual Smith discute as vantagens da divisão do trabalho e das trocas. Portanto, Smith está se referindo aqui a uma esfera particular do comportamento humano, a esfera das trocas econômicas. Smith não atribuiu um papel geralmente superior à busca de autointeresse em nenhuma de suas obras. A defesa do comportamento auto-interessado aparece em contextos específicos, particularmente relacionados às várias barreiras burocráticas da época e a outras restrições a transações econômicas que dificultava o comércio e atrapalhava a produção (SEN, 1987, p. 41).

O comportamento autointeresse não deve, portanto, ser considerado a forma de agir superior ou recomendada para outras esferas de conduta, como por exemplo, nos comportamentos políticos, afetivos, etc, nem para toda e qualquer forma de agir econômico. Não seria moralmente adequado ou correto alguém agir em relação aos demais membros de sua família apenas com base no autointeresse. De fato, Smith está falando o óbvio: em uma economia de mercado em que opera a divisão do trabalho,

nunca chegamos a conhecer quem produz nossos bens, portanto é insensato exigir que se desenvolva qualquer tipo de sentimento afetivo por eles. Por outro lado, não está se ignorando que o indivíduo possa agir com base numa diversidade de motivações.

O que Sen insiste em combater não é o fato de Smith ressaltar o lado positivo do amor-próprio ou do autointeresse, sobretudo na esfera econômica, mas de atribuir ao economista escocês o papel de um defensor absoluto ou irrestrito de tal motivação, como se para ele os agentes devessem tirar “férias morais” ao agirem na província econômica, como se ele autorizasse um “vale tudo” na busca irrefreada do lucro. Posto que é útil, o autointeresse não é uma atitude incentivada em qualquer situação por Smith.

Em relação a esse ponto, Sen ainda diz: “Usefulness, Smith thought, is a good way of judging a piece of furniture, but scarcely adequate for judging a person (SEN, 2011, p.32)

Isso quer dizer que a aprovação (ou reprovação) do comportamento de uma pessoa não se dá da mesma forma como aprovamos (ou reprovamos) a utilidade de um móvel: a aprovação do comportamento alheio não tem a ver exclusivamente com a percepção da utilidade que extraímos desse comportamento.

A mensagem de Smith, segundo Sen, é de que devemos julgar alguém pelo que ele é, pela adequação dos sentimentos que movem suas ações, e não pelos resultados dessas ações. Não é porque uma ação autointeressada atinge bons resultados que a mesma deve ser admirada ou seu executor considerado um homem de virtude SEN, 2011, p. 32-33.

A lição de Sen em relação a esse texto é que Smith foi um pensador mais complexo do que caracterizado por alguns autores. Simplificar seu pensamento com base em citações seletivas muitas vezes distorce o sentido daquilo que ele tentou afirmar.

Nesses procedimentos de leitura seletiva, a elaboração teórica sobre a ética desenvolvida por Smith foi esquecida e ignorada. Sen argumenta que isso foi resultado do distanciamento ocorrido entre ética e economia:

Smith de fato deixou contribuições pioneiras ao analisar a natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho e, como essas contribuições são perfeitamente condizentes com o comportamento humano

sem bonomia e sem ética, as referências a essas partes da obra de Smith têm sido profusas e exuberantes. Outras partes dos escritos de Smith sobre economia e sociedade, que contém observações sobre a miséria, a necessidade de simpatia e o papel das considerações éticas no comportamento humano, particularmente o uso de normas de conduta, foram relegadas a um relativo esquecimento à medida que essas considerações caíram em desuso na economia. (SEN, 1987, p. 44)

Se economia e ética foram ficando cada vez mais distantes, é de certo modo natural, ainda que não justificável, que os autores econômicos passassem a ignorar na obra de Smith suas considerações éticas. Mas, quem ler essa obra de forma ampla e não tendenciosa irá discordar daqueles que veem em Smith um defensor da superioridade do comportamento autointeressado.

Sen propõe esse tipo de leitura mais abrangente e seletiva ou tendenciosa, afirmando que “o professor de filosofia moral e economista pioneiro” tratou o problema do comportamento humano de uma forma muito mais ampla do que é relatado pela leitura mais estreita e convencional, típica daqueles que enxergam a economia distante da ética:

De fato, é precisamente o estreitamento, na economia moderna, da ampla visão smithiana dos seres humanos que pode ser apontada como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea (SEN, 1987, p 44)

Para Sen, a ausência da “ampla visão smithiana” deixa inevitavelmente a economia mais pobre. Uma repercussão grave desse efeito é a “dimensão do alcance e da relevância da própria economia do bem-estar” (SEN, 1987, p 37)

Em texto posterior, Sen (2006) recorda que, para Smith, a vida econômica era indissociável do resto da vida e, por isso, o pensamento econômico era integrado com o político e com a reflexão moral. Tanto é que sua economia era política, justamente porque seus postulados deviam ser pensados levando em conta o contexto político.

“A riqueza das nações começa com uma extensa descrição da ‘opulência universal’ a qual é característica de ‘uma nação próspera e civilizada’. Essa opulência estende-se aos estratos mais baixos das classes” (ROTHSCHILD E SEN, 2006 p.320). Nela Smith nos conta como o trabalhador é afetado pela existência do mercado: ele

consome produtos das mais remotas regiões do mundo e participa de uma rede invisível de cooperação que é a divisão do trabalho.

Para Smith, o progresso da riqueza nas sociedades comerciais, alcançado pelo crescimento da produtividade do trabalho, produto da divisão do trabalho, proporciona ao trabalhador mais simples uma melhoria em sua condição de vida que seria impensável em outro contexto.

Sen enfatiza que Smith, ao avaliar o crescimento do consumo de bens pelos trabalhadores mais pobres não se mostra preocupado apenas com o aspecto material, mas com o conforto e a qualidade de vida que a posse desses bens proporciona para quem os possui: “The division of labor, which is for Smith the principal source of universal opulence, is not in itself an uplifting spectacle” (ROTHSCHILD E SEN, 2006 p.321).

Por outro lado, Sen destaca que a divisão do trabalho não é, para Smith, uma panaceia porque tem efeitos perversos sobre a capacidade intelectual e moral do trabalhador que está sujeito a ela.

Novamente, ele mostra um lado de Smith que, ao mesmo tempo em que investiga as bases econômicas da sociedade, trata também de questões subjetivas associadas às causas da opulência. Sen vai buscar o argumento nas “Lições de jurisprudência”, em que Smith descreve a disposição para trocar em associação com a propensão humana de persuadir e conversar.

Essa disposição para troca e a disposição para persuadir, além do “desejo de melhorar nossa condição” o qual é “universal, contínuo, e ininterrupto”, são compartilhados por todas as pessoas.

The trucking disposition is the source of the division of labor, and the disposition to self-improvement is the source of saving and investment (WN, II.iii.28–36). Both are common to all individuals, the rich and the poor, the Dutch and the Chinese, the sovereign, the philosopher and the porter. However, they are dispositions which can easily be discouraged or obstructed. The human constitution, in economic as in moral life, and in *The Wealth of Nations* as in *The Theory of Moral Sentiments*, is a theatre of conflicting and competing principles. The desire to better one's condition is counter-posed to the tendency to indolence. The desire to save is counter-posed to the passion for present enjoyment. The desire to exchange is counter-posed to the tendency to be servile and fawning. The passion for gain is counter-posed to sober reason and experience, and international trade is a source of golden dreams and strange delusions. The proprietor is afflicted

by “anxiety” about the elegance of his dress, and the mason is plunged into “anxious and desponding moments” (WN, I.x.b.12,III.ii.7). 324

Sen insiste em destacar a riqueza da argumentação de Smith, que não se limita ao argumento estritamente econômico. Ele se refere, por exemplo, à compreensão de Smith sobre as instituições que podem ser positivas ou negativas para o crescimento da opulência.

Sen recorda ainda que Smith não descreve a existência das classes sociais de uma sociedade comercial (proprietários de terras, capitalistas e assalariados) apenas do ponto de vista de suas distintas propriedades ou rendimentos, mas também tece comentários sobre o estilo de vida e a maneira de pensar de cada grupo.

The progress of opulence is a consequence of the increase in the productive powers of labor, and the improvement in productiveness is in turn a consequence of the increase in capital, “silently and gradually accumulated by the private frugality and good conduct of individuals.” (ROTHSCHILD E SEN, 2006 p.330)

A característica de estarem sempre buscando o autointeresse encontra guarida no princípio da simpatia (o desejo de ser respeitado, de ser tido em alta conta).

The progress of opulence can be seen, in these terms, as a virtuous circle, in which legal and political improvement leads to economic improvement, and economic improvement in turn leads to further improvement in political and legal institutions (ROTHSCHILD E SEN, 2006 p.336).

As ações movidas pelo desejo de melhorar a própria condição, a industriabilidade, a inclinação a realizar trocas, para além das repercussões que tem em relação à riqueza das nações, também são sempre avaliadas pelo espectador imparcial. Ou seja, no início dessas ações há sempre os sentimentos morais, e sua correção depende da capacidade do espectador imparcial simpatizar com esses sentimentos. A vontade de melhorar a própria condição deve ser moderada pela prudência de não ir à bancarrota. A opinião dos amigos pode decidir a maneira como um gasto é realizado. O gasto em bens duráveis é melhor para a economia, contudo há gastos que atendem apenas a vontades egoístas e outros que atendem à coletividade. Em resumo, a leitura

que Sen faz de Smith insiste reiteradamente em apontar as conexões entre o seu argumento econômico e os fundamentos éticos das ações humanas.

3.3 Um crítico da leitura convencional

Em todos os textos em que Sen aborda Adam Smith, ele critica a leitura feita pelos economistas neoclássicos da obra do pensador escocês. Sua crítica é vertida principalmente em direção aqueles que leram Smith como um defensor do egoísmo ético. Sen enxerga Smith como um filósofo moral que viria a escrever um tratado sobre economia que, contudo, não é um texto independente da filosofia moral abraçada por seu autor. Com isso em mente, pode-se apresentar os pontos em que Sen discorda das leituras convencionais.

O principal aspecto é o referente ao empobrecimento da economia por ignorar argumentos éticos, que repercutiu inclusive na forma como Adam Smith foi lido no século XX. Para Sen, uma leitura mais cuidadosa da obra de Smith nos leva a refutar a interpretação que atribui a seu autor a condição de defensor do autointeresse irrefreado.

O intérprete neoclássico contra quem Sen dirige prioritariamente sua crítica é George Stigler. Para (STIGLER, 1975, P. 236), “the Wealth of Nations is a stupendous palace erected upon the granite of self-interest” e, acrescenta, “if self-interest is given even a loose rein, it will perform prodigies”. Ele argumenta que sempre que houver um conflito entre o autointeresse e os valores éticos, não resta dúvida que o autointeresse sairá vencedor e se apoia em Smith para proferir tal argumento (STIGLER 1987, p. 176).

Sen critica Stigler quando esse diz que o autointeresse domina a ação dos homens:

Though the principles of common prudence do not always govern the conduct of every individual, they always influence that of the majority of every class or order as implying: self interest dominates the majority of man (SEN, 1999, p. 31).

Nesse trecho, Stigler trata como sinônimos os conceitos de autointeresse e de prudência, mas Sen irá argumentar que, do ponto de vista de Smith, tratar a prudência como sinônimo de *self-love* ou *self-interest* é um erro. Sen já havia em outros textos se

preocupado em mostrar que a virtude da prudência pressupõe um amor-próprio (self-love) moderado pelo autodomínio, isto é, pelo diálogo entre o agente e o espectador imparcial. A virtude da prudência, elogiada por Smith, não equivale, portanto, à busca irrefreada do autointeresse

Desse modo, ainda que Smith compreenda que os agentes frequentemente agem de modo autointeressado, isso não autoriza interpretá-lo como um adepto do egoísmo ético. Esse aspecto é importante porque permite a Sen recorrer a Smith para criticar a corrente da economia que rejeita o papel da ética na racionalidade e que espousa a concepção moral do egoísmo ético, atribuindo grande poder explicativo ao chamado “homem econômico racional”. Ele aponta em Stigler (1982) um porta-voz dessa corrente.

A leitura que Stigler faz representa uma forma de compreender Smith que muitos economistas adotaram e cujo erro principal consiste em tomar as afirmações de Smith sobre as trocas como representativas de sua visão sobre o conjunto do comportamento humano:

Unfortunately, in some schools of economics the reading of Smith does not seem to go much beyond those few lines, even though that discussion by Smith is addressed only to one very specific issue, namely exchange (rather than distribution or production), and in particular, the motivation underlying exchange (rather than what makes normal exchanges sustainable, such as trust and confidence in each other). (SEN, 1999, p. 55)

Sen considera uma “injustiça” atribuir ao pensamento de Smith tamanha preponderância do autointeresse. Para ele, não deve prosperar a tese de Stigler, justamente porque é incorreto dizer que este ou aquele motivo de ação deve ser absoluto: pelo contrário, todos os sentimentos morais são importantes e devem ter reconhecido o seu papel na motivação das ações e na configuração do caráter virtuoso. Em algumas ocasiões, Smith reconhece que o autointeresse precisa ser sacrificado para pensar no coletivo. Um homem deve considerar-se um cidadão do mundo não um apenas um cidadão de sua comunidade imediata e, no interesse dessa grande

comunidade, ele deve estar disposto ao sacrifício de seu mesquinho autointeresse (Sen, 1999 p. 39).

Sen se pergunta por que essa leitura de Smith tomou lugar e ganhou importância. Sua resposta aponta na direção da perda de espaço que os conceitos de simpatia e prudência sofreram nos escritos dos autores que defendem a “causa smithiana”.

This is indeed the logic behind the 'butcher-baker' passage. However, what exactly is self-interest, as understood by Smith? First and foremost, it means that each individual is interested in improving his own economic lot--a disposition of which Smith approved. Furthermore, through continued efforts, he believed that self-interest can contribute to the development of the productive economic forces of a country. Smith's system is, however, one in which there is a balance between conflicting human motivations. (SEN, 1984, p. 3)

Eiffe (2010) diz que o estudo teórico que Sen fez do conceito de simpatia é uma referência, pois ele apresenta de forma extensiva esse conceito e outros conceitos de Smith a ele associados, atualizando-os para discussões teóricas contemporâneas, como os conceitos o espectador imparcial e as regras gerais de conduta, um ponto estratégico em seu trabalho. Esse autor diz que “Sen fez uma grande contribuição no processo de redescoberta de Smith como um filósofo moral” (SEN, 1984, p. 2), principalmente ao contestar incisivamente a interpretação convencional. Chama atenção para o fato de que na sua educação e formação profissional, o contato que muitos economistas tiveram com a obra de Smith se resume a essa interpretação e às passagens que ressaltam a presença do autointeresse. (SEN, 1984, p.93)

Com sua linguagem axiomática, afirma Sen, a economia moderna perdeu as conexões teóricas com a realidade empírica. Sua abordagem serve como uma crítica à economia que extirpou os componentes éticos de seu estudo. A racionalidade não deve ser reduzida a escolhas autointeressadas, mas também levar em conta outras motivações, inclusive de cunho social, conforme foi discutido anteriormente.

In contrast to mainstream economists, Sen reads Smith as a social liberal searching for the mechanism of opulence and placing himself on the side of the poor and weak. Smith saw the liberal system as an instrument with which to protect the general public from 'bad institutions' that 'obstruct public opulence' (ibid. p. 325) and from grabby merchants (both the 'heart of Smith's

economic thought' and 'at the same time its sneaking hypocrites' (p. 328)), 'who have generally an interest to deceive and even to oppress the public' (Smith 1776 [1986], I. 11.264, p. 317) and who are 'engaged [...] in pursuing their own interests by seeking to influence government officials' (Rothschild and Sen 2006, p. 346).

Walsh (2000), por sua vez, diz que contribuições recentes de Amartya Sen podem jogar nova luz sobre o trabalho de Adam Smith e, conseqüentemente, sobre a atualidade desse autor para a renovação da economia moderna. Ela concorda, por exemplo, com as críticas epistemológicas de Sen a economia neoclássica:

“Sen’s arguments against the fact-value dichotomy in neoclassical economic theory thus still stand, since the neoclassical position was based on versions of old logical positivist/logical empiricist position. His support for a ‘broad Smithian view is, however, now in need of defense on a different flank (WALSH, 2000, p. 7)

Walsh, portanto, identifica que a leitura realizada por Sen foge dos critérios positivistas e empirista, aproximando a economia positiva dos problemas normativos que lhe são inerentes. Ela também concorda que a formulação do conceito de capacidades representa um passo em direção a uma compreensão mais abrangente e profunda da teoria da racionalidade que, da forma como é convencionalmente concebida, seria incompleta. (WALSH, 2000, p. 14).

Os textos de Sen escritos a partir do final da década de 2000 dão conta da relevância do pensamento de Smith para a compreensão de problemas econômicos contemporâneos. Diferentemente dos textos da década de 1980 e 1990, que se detinham em indicar as *falhas* na interpretação convencional dos conceitos smithianos, os textos mais recentes de Sen deixam claro que a leitura convencional não é apenas equivocada, mas *distorcida*, e que chega a ser um abuso por parte desses intérpretes evocar Smith para defender ideias que entram em conflito aberto com o projeto intelectual do economista escocês.

A crise financeira que teve início em 2008 representa, de certo modo, um marco nessa contestação dos abusos da leitura convencional. Em artigos publicados em jornais ele questiona a confiança depositada no livre-mercado. Sen (2009a), reportando-se à crítica de Smith aos “prodigals and projectors” (os “perdulários e empresários imprudentes”), aponta esse como um dos motivos do porque o mercado financeiro não

deveria ser desregulamentado. Dado que esses empresários imprevidentes arriscam o dinheiro dos outros em negócios de alto risco, restava evidente que sem um controle para evitar atitudes imprudentes o funcionamento do mercado poderia levar a resultados indesejados, pois a confiança poderia ficar menor entre os agentes. Ou, seja, não é possível confiar o funcionamento do mercado apenas ao autointeresse, mas levar em conta também elementos morais como a confiança.

Perhaps the biggest mistake lies in interpreting Smith's limited discussion of why people seek trade as an exhaustive analysis of all the behavioral norms and institutions that he thought necessary for a market economy to work well. People seek trade because of self-interest (SEN, 2009b, P. 1).

O ano de 2009 coincidiu com o aniversário de 250 anos de publicação da *Teoria dos Sentimentos Morais* e Sen foi convidado a proferir conferências e escrever textos sobre esse livro “desconhecido” de Adam Smith.

Sen (2010a) é resultado de uma conferência proferida na Universidade de Glasgow referente à celebração dos 250 anos de publicação da *Teoria dos Sentimentos Morais*. O texto mostra que os insights pouco apreciados de Smith, particularmente os contidos na *Teoria dos Sentimentos Morais*, têm relevância para o mundo contemporâneo no campo da ética e da economia: “As ideias de Smith são relevantes no mundo de hoje? Essa pergunta é difícil de responder principalmente porque há muitas formas em que as ideias de Smith podem oferecer ao mundo contemporâneo” (SEN, 2010a, p. 50).

Sen diz que Smith deu ares de ciência à economia política, mas muito de seus admiradores têm negligenciado algumas de suas contribuições mais importantes para conhecer o mercado, reduzindo-o à condição de *guru da economia de mercado*: “a one-idea man propagating only the excellence and self-sufficiency of the market” (SEN, 2010a, p. 52).

Segundo Sen, de forma alguma Smith patrocinou a ideia de que o mercado era um ente autorregulado: “Ele identificou porque os mercados podem precisar de restrições, correções, e suplementação entre outras instituições para prevenir instabilidade, desigualdade, e pobreza.” (SEN, 2010a, p. 59)

Além de voltar a destacar o conceito de prudência, diferenciando-o do autointeresse, Sen também explica a relevância contemporânea do espectador imparcial e por que este é um elemento-chave para uma teoria da justiça.

À época dessa palestra, Sen acabara de publicar o livro *A Ideia de Justiça*, que aborda as diferentes teorias da justiça adotadas na atualidade. Uma delas é o transcendentalismo institucional, que se preocupa em discutir de que instituições seriam idealmente justas. Outra corrente inclui aqueles que pensam a justiça a partir do que pode fazê-la avançar ou reduzir injustiças, sem se preocupar com a caracterização do que seria uma sociedade idealmente justa. Ou seja, é uma abordagem focada naquilo que as sociedades podem atingir em termos de justiça, ao invés de focar em instituições e regras ideais.

Argumentando contrariamente a John Rawls, que propõe uma teoria de justiça baseada na tradição contratualista de justiça perfeita, Sen defende uma abordagem baseada em realizações, ou melhor, na justiça que determinada sociedade consegue adotar, mesmo que não seja perfeita. Ou seja, para Sen a justiça deve ser pensada a partir da diminuição de injustiças. E ele argumenta que Smith também se posicionaria ao seu lado, pois Smith desenvolve o conceito do espectador imparcial que está baseado no conceito de imparcialidade aberta que vaticina que ao buscar compreender a justiça, a opinião de fora do grupo focal deve ser considerada.

Sen também rejeita a leitura de Rawls sobre o espectador imparcial. Para Rawls, o espectador imparcial é um espectador ideal, portanto dentro do grupo poderia existir um espectador imparcial que seria capaz de promover justiça idealmente justa, ou seja, pode existir dentro de uma sociedade fatores que promovam uma justiça equânime. Mas para Sen rejeita essa visão de teoria de direito, pois para ele, certamente alguém encarregado de promover a justiça dentro de um grupo certamente ficaria sujeito ao paroquialismo, portanto esse espectador encarregado de promover a justiça deveria ser de fora do grupo.

Sen ainda diz que Rawls considerava Smith um utilitarista, mas não há razões para prosperar tal argumentação, pois:

Esse diagnóstico é extremamente incorreto, uma vez que Smith tinha rejeitado firmemente a proposta utilitarista de basear as ideias do que é bom do que é correto nas ideias de prazer e dor, e também rejeitando a visão de

que a argumentação necessária para os juízos morais pudesse ser reduzida simplesmente à contagem de prazer e dor, ou, mais genericamente, à redução de diferentes considerações relevantes a “um único tipo de atributo” (SEN, 2011a, p. 167).

Portanto, a interpretação rawlsiana do espectador imparcial está equivocada porque: (...) a abordagem do espectador imparcial não necessita de fato ser baseada no contratualismo rawlsiano ou no utilitarismo clássico benthamista (SEN, 2011a, p. 167).

Nesse sentido, a contribuição de Smith tem relevância contemporânea para uma teoria da justiça mais alinhada com as necessidades dos diversos arranjos institucionais que existem no mundo.

Ainda no ano de 2009, Sen foi convidado para escrever a introdução a uma nova edição da *Teoria dos Sentimentos Morais*. Por ser um texto de síntese, o autor não adiciona nenhuma nova ideia em relação aos textos já referidos. Mas, é notável que ele tenha sido escolhido para apresentar esse clássico, sinal que seu esforço de combater as leituras convencionais e apresentar uma interpretação alternativa do pensamento de Smith que valoriza sua filosofia moral produziu repercussão e acolhimento.

Como fecho dessa dissertação, resta referir brevemente a um último trabalho, Sen (2013), em que o autor escreve sobre a relevância contemporânea dos escritos de Smith. Esse texto tem a linha de argumentação muito próxima de textos anteriores (como Sen 2011, 2010b), pois nele o autor faz uma síntese daquilo que seria a sua interpretação de Smith.

4. CONCLUSÃO

Amartya Sen alcançou notoriedade em sua carreira, sobretudo devido a suas contribuições à teoria da escolha. Um lado menos conhecido de seu trabalho, pelo menos até recentemente, é a sua contribuição à interpretação da obra de Adam Smith. De fato, Sen logrou passar da condição de leitor desinteressado à de celebrado palestrante sobre o pensamento de Adam Smith. Mais do que isso, Sen tornou-se um porta-voz de uma nova onda de intérpretes de Smith, que vem relendo sua obra de uma forma mais abrangente e inovadora.

Como foi explicado acima, o objetivo de Sen foi o de sanar possíveis mal-entendidos que uma leitura superficial da obra de Smith poderia sugerir. Essa leitura superficial e equivocada, de fato, consolidou-se ao longo do século XX. Paulatinamente, Smith foi sendo considerado um defensor do livre mercado, um adversário da regulamentação, um precursor da ortodoxia econômica.

A leitura de Sen, ao contrário, pautou-se pelo pressuposto de que os o autor da *Teoria dos Sentimentos Morais* tinha em mente as ideias contidas nesse tratado ao escrever a *Riqueza das Nações*. Isso quer dizer que, posto o papel que o autointeresse tem para o crescimento da riqueza de uma nação, é inquestionável que as pessoas têm outras razões para levar em conta ao agir, outras motivações para orientar seu comportamento.

O ponto de partida dessa leitura de Sen é a teoria da racionalidade que, em sua visão, apoia-se em postulados muito estreitos, quais sejam, os do autointeresse. A partir dessa opinião, Sen sugere adotar conceitos smithianos, como a simpatia, a prudência e o compromisso para defender uma abordagem mais ampla da teoria da racionalidade.

O papel que a ética deve ter na economia irá permear toda a leitura de Sen, pois, para ele, com o distanciamento entre as duas disciplinas a economia perdeu ferramentas de análise importantes. A necessidade de vencer esse distanciamento desempenhou um papel importante na leitura que Sen propõe de Smith, pois sua obra é emblemática de um momento em que a filosofia e a economia não tinham se separado. Smith era um filósofo moral, autor de um tratado sobre sentimentos morais, mas a partir do momento que essa parte de sua obra foi sendo ignorada e ele começou a ser lido como um “economista”, a apropriação de suas ideias passou a ser mais seletiva.

Sen argumenta no sentido de que, se fizermos uma leitura mais ampla e integrada dos textos de Smith, certamente seus argumentos recuperarão relevância para entendermos problemas contemporâneos, como o porque mercados precisam de suplementação, porque uma transação vem a ocorrer na economia e quais valores devem orientar um debate público, por exemplo. Ou seja, Sen faz uma leitura que contribui para o resgate da obra de Smith e por isso é reconhecido como um ilustre contribuinte dentro da fortuna crítica smithiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASU, K. Amartya Sen, Economics Nobel Laureate 1998. **Challenge**, v. 42, n. 2, p. 44–51, 1998.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 795p.

BIANCHI, A. M.; SANTOS, A. Adam Smith: filósofo e economista. **Cadernos IHU Idéias**, v. 35, n. 3, 2005.

BIANCHI, A. M. A pré-história do pensamento econômico. In: BIANCHI, Ana Maria (org). **Questões de Método na Ciência Econômica**. São Paulo: USP, 1986. 129p.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de economia política**, v. 24, n. 3 (95), p. 422 – 441, 2004.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. Para ler Adam Smith: novas abordagens. **Síntese - Rev. de Filosofia**, v. 32, n. 103, p. 181–202, 2005.

CERQUEIRA, Hugo E. A. G. **Sobre a filosofia moral de Adam Smith**. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2006. (Texto para discussão).

CROPSEY, Joseph. **Polity and economy: an interpretation of the principles of Adam Smith**. Netherlands: Martinus Nijhoff, 1957. 101p.

DUMONT, Louis. **From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1977. 236p.

EIFFE, F. F. Amartya Sen reading Adam Smith. **History of Economics Review**, v. 51, n. 1, p. 1–32, 2010.

EVENSKY, J. Ethics and the classical liberal tradition in economics. **History of Political Economy**, v. 24, p. 61–77, 1992.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. **A Fábula das Abelhas: vícios privados, benefícios públicos?** Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1994.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. **Vícios Privados, Benefícios Públicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 244p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O método em economia: uma perspectiva histórica. In: REGO, José Márcio (org). **Revisão da Crise; metodologia e retórica na história do pensamento econômico**. São Paulo: Bial, 1991, 137p.

GANEM, Ângela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófico. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, 2000.

HAYEK, Friedrich August von. **Individualismo: verdadero y falso**. Buenos Aires: Centro de Estudios sobre la Libertad, 1968. 41p.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses: argumentos a favor do capitalismo antes do seu triunfo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 172p.

LAKATOS, M. E.; MARCONI, A. **Questões de Método na Ciência Econômica**. São Paulo: Atlas, 1986.

MANDEVILLE, Bernard. **The Fable of the Bees, or Private Vices, Public Benefits**, Indianapolis: Liberty Fund, 1988 [1729].

MILL, John Stuart. **Essays on Some Unsettled Questions of Political Economy**. London: Longmans, Green, Reader, and Dyer. 1874.

MEEK, Ronald. **Studies in the labour theory of value**. London: Lawrence and Wishart, 1973. 310p.

MINOWITZ, Peter. **Profits, Priests, and Princes: Adam Smith's Emancipation of Economics from Politics and Religion**. Stanford: Stanford University Press, 1993. 345p.

MONTES, L. Das Adam Smith Problem: Its Origins, the Stages of the Current Debate, and One Implication for Our Understanding of Sympathy. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 25, n. 01, p. 63-90, 2003.

MULLER, J. Z. **Adam Smith in his time and ours: designing the decent society**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.

RAPHAEL, D. D. & MACFIE e, A. L. (Eds) **Adam Smith, The Theory of Moral Sentiments** Oxford: Clarendon Press, 1976.

REEDER, John. **On moral sentiments: contemporary responses to Adam Smith**. Bristol: Thoemmes Press, 1997. 239p.

ROTHSCHILD, E.; SEN, A. Adam Smith's Economics. In: HAAKONSSSEN, K.; WINCH, D. (Org.). **The Cambridge Companion to Adam Smith**. New York: Cambridge University Press, 2006. 409p.

ROSENBERG, N. Adam Smith and the stock of moral capital. **History of political economy**. v. 22, n. 1 p. 1-8, 1990.

RUBIN, I. I. **A history of economic thought**. London: Ink Links, 1979. 440p.

SEN, A. Adam Smith and the contemporary world. **Erasmus Journal for Philosophy & Economics**. v. 3 n.1, p.50-67 2010a.

SEN, A. Adam Smith's market never stood alone. **Financial Times**, New York, 12 de abr. 2009. Disponível em: <http://www.dbacorporatefinance.com/ultimos/News/2009/03/March/12_MARCH_2009.doc>.

SEN, A. **Adam Smith's prudence**. Theory and Reality in Development. London: Palgrave Macmillan, 1986. 291p.

Sen A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

Sen A. Does business ethics make economic sense? **Business Ethics Quarterly**. v. 3 n.1, p. 45-54. 1993

SEN, A. **Economic wealth and moral sentiments**. Zurich: Bank Hoffman, 1994a.

SEN, A. Economics, Business Principles and Moral Sentiments. **Business Ethics Quarterly**, v. 7, n. 3, p. 5–15, 1997.

SEN, A. **Introduction**. In: HANLEY, P. R. (Ed.) **Adam Smith, The Theory of Moral Sentiments**. New York: Penguin Group US, 2010b. 528p.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford economic papers**, v. 35 n.2 p.153-69, 1983.

SEN, A. Rational fools: A critique of the behavioral foundations of economic theory. **Philosophy & Public Affairs**,v.1 p. 317–344, 1977.

SEN, A. Rationality and social choice. **The American Economic Review**, v. 85, n. 1, p. 1–24, 1995.

SEN, A. **Sobre ética e economia** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 144p.

SEN, A. **The concept of development**. Handbook of development economics, v. 31 n.1, p.9-26. 1988.

SEN, A. **The Contemporary Relevance of Adam Smith**. The Oxford Handbook of Adam Smith. Oxford: Oxford University Press, 2013. 656p.

SEN, A. The formulation of rational choice. **The American Economic Review**, v. 84 n. 2. p. 385-390. 1994b.

SEN, A. **The idea of justice**. Massachusetts: Harvard University Press, 2011. 467p.

SEN, A. The moral standing of the market. **Social philosophy and policy**, v.1 n. 2 p. 1-9, 1985.

SEN, A. Uses and Abuses of Adam Smith. **History of Political Economy**. v. 20 n. 43 p. 257-71, 2011.

SEN, A. Why exactly is commitment important for rationality? **Economics and Philosophy**, v. 21 n.1, p.5-14, 2005.

SEN, A.; HAWTHORN, G. **The standard of living**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988 125p.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981 [1776].

SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982 [1759].

STIGLER, G. Economics or ethics? In: **The Tanner Lectures On Human Values**. Boston: Harvard University press, 1982.

STIGLER, G. Smith's travel on the ship of state. In: SKINNER, Andrew e WILSON, Thomas (Orgs.). **Essays on Adam Smith**. Oxford: Clarendon Press, 1975. 647p.

TEICHGRAEBER III, Richard F. 1981. "Rethinking Das Adam Smith Problem." **Journal of British Studies** v. 20 n. 2 p. 106–23, 1981

TOLIPAN, R. **A ironia na história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1990. 84p.

TORRES, A. A economia como ciência social e moral: algumas observações sobre as raízes do pensamento econômico neoclássico: Adam Smith ou Mandeville? **Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa**, v. 2, n.1, p. 95–122, 1998.

TRIBE, K. Adam Smith: critical theorist? **Journal of economic literature**, v. 37 n.2 p. 609-32, 1999.

TRIBE, K. **General Introduction**. In: TRIBE, K.; MIZUTA, H. (Org.). **A Critical Bibliography of Adam Smith**. London: Pickering & Chatto, 2002. 402p.

VINER, J. **Dumping: A problem in international trade**. Chicago: Chicago Press, 1923. 343p.

WALSH, V. Smith after Sen. **Review of political economy**, v. 12, n. 10, p. 5–25, 2000.

WINCH, D. **Adam Smith's Politics: An Essay in Historiographic Revision**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. 216p.

WINCH, D. Science and the legislator: Adam Smith and after. **The Economic Journal**. v. 93, n. 371, p. 501-20, 1983.

WINCH, D. **Riches and poverty**: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834. Cambridge: Cambridge University Press; 1996. 428p.

WEST, E. Adam Smith on the cultural effects of specialization: splenetics versus economics. **History of political economy**. V. 28 n.1 p. 83-105. 1996.